RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

COMARCA	**BREVES**
UNIDADE INSPECIONADA	**TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE**
COMPETÊNCIA DA UNIDADE ATO NORMATIVO	GERAL – ampla competência
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	18/04/2024 - EDITAL Nº 002/2024-CGJ, Diário de Justiça de 23.02.2024
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	JOSÉ DA TRINDADE BORGES e THADEU FAYAL FIGUEIREDO
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Lorena Ramos do Vale, Tiara Guedes Aires e Paulo Sergio Oliveira

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Nicolas Cage Caetano da Silva, Juiz Titular da 1ª Vara Cível e Criminal de Breves desde 03.10.2022 (Portaria nº 46/2022-SJ). Promovido da Vara única de Portel para a 1ª Vara Cível e Criminal de Breves.
Atua concomitantemente no Termo Judiciário de Bagre – Município do arquipélago do Marajó.
15ª Zona Eleitoral no período de 9/1/2023 a 9/1/2025.

1.1. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

a. Férias: sem afastamento no período.
b. Folgas compensatórias: sem afastamento no período.
c. Licenças: sem afastamento no período.

OBS CGJ: A partir de **informações do Serviço de Cadastro de Magistrados** em 10.04.2024, nos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2024 **não há registros de afastamento do magistrado Nicolas Cage, Titular da unidade.**

1.2. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Informo, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Breves – Termo Judiciário - TJPa**", não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares em tramitação; Informo ainda, que foi localizado expedientes administrativos em andamento, a saber: **PP 000935-13.2024.2.00.0814** (Para cumprimento de Decisão), **CorOrd 0000593-24.2024.2.00.0814** (Distribuído/Conclusos); Informo por derradeiro, que nada foi localizado em desfavor do magistrado titular do Termo Judiciário de Bagre, Dr. **Nicolas Cage Caetano da**

Silva.

Não constaram registros sobre outros expedientes pendentes de resposta aos demais órgãos.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

Lotação Paradigma para o Termo Judiciário de Bagre: 04 (quatro) servidores, sendo que, conforme tabela extraída do sistema IGP (disponível abaixo), a unidade possui apenas três servidores, tendo em vista que o assessor tema a lotação na 1ª Vara Cível e Criminal de Breves**. Portanto, a lotação paradigma NÃO se encontra atendida.**

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	**2**
Exclusivamente comissionados(as)	**0**
Cedidos(as)/Requisitados(as)	**0**
Estagiários/as	**2**
Terceirizados/as	**0**

Informações Gerenciais de Pessoal - IGP

Opções de pesquisa: ○ Nome ◉ Local de trabalho ○ Comarca do estado

Informe local de trabalho para pesquisa: Termo Judiciario de Bagre

SubArea Comarcas do Interior
Lotação Termo Judiciario de Bagre
Gestor(a) Jose da Trindade Borges
Localização FORUM DO TERMO JUDICIARIO DE BAGRE
Telefones (91) 3606-1281
E-mail Institucional

Nome	Vinculo	Grupo	Situação
Airton Barbosa Martins Filho	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Andrew Michel Fernandes Freire	Magistrados	Diretor do Forum de Breves	Férias: 11/04/2024 - 30/04/2024 - Dia(s): 20.
Emely Pantoja Campos	Estagiario	Estagiario	Normal
Jose da Trindade Borges	Efetivo	Analista Judiciario	Normal
Marcelo Fernandes de Souza	Efetivo	Auxiliar Judiciario	Normal
Nicolas Cage Caetano da Silva	Magistrados		Normal
Querem Leal Lobo	Estagiario	Estagiario	Normal

Fonte: Sistema IGP.

OBS CGJ.: Durante a inspeção correicional restou verificado que **o servidor Airton Barbosa Martins Filho, Analista Judiciário, exerce as atividades no gabinete**.

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	**1**
Exclusivamente comissionados(as)	**1**
Cedidos(as)/Requisitados(as)	**0**
Estagiários(as)	**0**

Terceirizados(as)	**0**

OBS CGJ I: No sistema IGP **não há lotação de servidor em gabinete do Termo Judiciário de Bagre.** O servidor Thadeu Fayal Figueiredo, Assessor da 1ª Vara Cível e Criminal de Breves também exerce as atividades no gabinete do Termo Judiciário de Bagre, só realiza deslocamento até o Termo junto com o magistrado, caso necessário.

OBS CGJ.II: Durante a inspeção correicional restou verificado que **o servidor Airton Barbosa Martins Filho, Analista Judiciário, exerce as atividades no gabinete**.

2.2. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no Plano de Ação para 2024?

Portal da Gestão Judiciária, Painel de Metas, Painel de Gestão de Atividade e Portal do PIB.

ANEXO I – PLANO DE AÇÃO

2.3. Quais cursos ofertados pela Escola Judicial foram realizados pelos servidores da unidade judicial nos últimos 24 meses? Informar nome do servidor, curso e data de realização. A realização de cursos está sendo observada pelos gestores no momento da avaliação periódica de desempenho do servidor?

Restou informado pela equipe que **os cursos realizados são levados em consideração pelos gestores quando da realização da avaliação periódica de desempenho dos servidores**, com incentivo aos servidores por parte do Diretor de Secretaria para realização de cursos com finalidade de qualificação e consequente melhora no desempenho profissional.

JOSÉ DA TRINDADE BORGES:

- CURSO: PALESTRA GERAL SOBRE AS OFICINAS DE MAPEAMENTO DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA. 2H. DATA: 03/10/2023.
- CURSO: ETICA NO SERVIÇO PUBLICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ. 10H. DATA: 02/09/2022.
- CURSO: CURSO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJE - TEORIA E PRÁTICA. 12H. DATA: 20/09 A 22/09/2022.
- CURSO: TREINAMENTO SISTEMA DE DEPÓSITO JUDICIAL - TEORIA E PRÁTICA. 4H. DATA: 29/11 A 30/11/2023.
- CURSO: CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL PARA SERVIDORES E SERVIDORAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. 74H. DATA: 02/09/2022.
- CURSO: CURSO FORMAÇÃO INICIAL PARA SERVIDORES: EQUIPES MULTIDISCIPLINARES NO PODER JUDICIÁRIO. 4H. DATA: 30/09/2022.

- CURSO: WORKSHOP: A NOMINAÇÃO PADRÃO DE ETIQUETAS NO PJE. 5H. DATA: 19/03/2024.

- CURSO: TREINAMENTO: EXTENSÃO PJE+R – MAIS RÁPIDO E MAIS RELEVANTE. 5H. DATA: 30/11/2023.

- CURSO: SNGB: CAPACITAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO. 3H. DATA: Sem registro.

- CURSO: CURSO TELETRABALHO. 10H. DATA: 24/05 A 21/06/2023.

MARCELO FERNANDES DE SOUZA:

- CURSO: CURSO TELETRABALHO- TEORIA E PRÁTICA. 10H. DATA: 10/06/2022 A 01/06/2023.

AIRTON BARBOSA MARTINS FILHO:
Informou que se matriculou em quatro cursos: TREINAMENTO – PJE E SUAS FUNCIONALIDADES: AUTOS DIGITAIS, REMESSAS, REDISTRIBUIÇÃO, OFICIO PRECATÓRIO, que ocorrerão neste mês de abril.

OBS CGJ.: Restou observado que a maioria dos servidores da unidade não realizam uma carga horária de cursos a contendo que lhe garantam maior expertise no desenvolvimento das tarefas, e, consequentemente boa avaliação periódica de desempenho. Importante que a cada 12 meses o Diretor de Secretaria realize pelo menos um curso na área de Gestão. Não foi apontado pelo magistrado ou Diretor de Secretaria se levam em consideração os cursos realizados a cada período de 12 meses para fins de avaliação periódica de desempenho. **Importante registrar a relevância para os servidores no que se refere a realização de cursos, com finalidade de aprendizagem e afinco no desenvolvimento de competências e habilidades para o exercício do cargo de forma eficiente.**

RECOMENDA-SE ao Juiz Titular da Unidade e Diretor de Secretaria, quando da realização de avaliação periódica de desempenho (tanto para fins de estágio probatório quanto para progressão) que verifiquem os cursos realizados pelo servidor no período dos últimos 12 (doze) meses.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do Gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

ÁGUA DO FÓRUM

Durante a inspeção foi reportado pelo Juiz e servidores do Termo Judiciário de Bagre que a água do Fórum não é tratada, é captada do rio, é barrenta e com muito ferro. A equipe de inspeção verificou que a água é amarela. **Houve orientação ao Juiz que encaminhasse expediente (via siga-doc) à Secretaria de Administração para ciência e providências.**

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

***Data de coleta de dados pela Unidade**: 08/04/2024.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	920	949
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	31	28
Total do acervo com prioridade	217	221
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em **Secretaria** (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	58	18
Total de processos com prioridade legal sem movimentação há mais de 100 dias em **Secretaria** (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	10	0
Total de processos **conclusos** para o(a) magistrado(a)	125	127
Total de processos **conclusos** para o(a) magistrado(a) **há mais de 100 dias**	1	0
Total de processo **conclusos** para o(a) magistrado **há mais de 100 dias** envolvendo **prioridade legal**	0	0

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

Período: 15.01.2024 a 15.04.2024

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos (Painel de Gestão – Resumo entrada de feitos)	170
Total de processos julgados (Painel de Gestão - Resumo de produção do gabinete)	151+ 27 homologatórias
Total de processos julgados Meta 1 (Painel de Gestão- Meta 1)	139 Jan, Fev, Mar, Abr
Total de processos baixados definitivamente do acervo (Painel PIB)	194 Jan, Fev, Mar, Abr

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

Período: **: 15.01.2024 a 15.04.2024**

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	222
Despachos	367
Sentenças com resolução de mérito	106
Sentenças sem resolução de mérito	45
Audiências realizadas	29

Fonte: Painel de gestão Judiciária – período acima apontado.

4.4. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim. Acompanha-se também por etiqueta e pelo mapa de calor do PJE+R.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2024:

5.1. Qual ação estabelecida no planejamento da unidade para cumprimento da Meta 1/2024-CNJ?

A equipe pontuou duas ações:

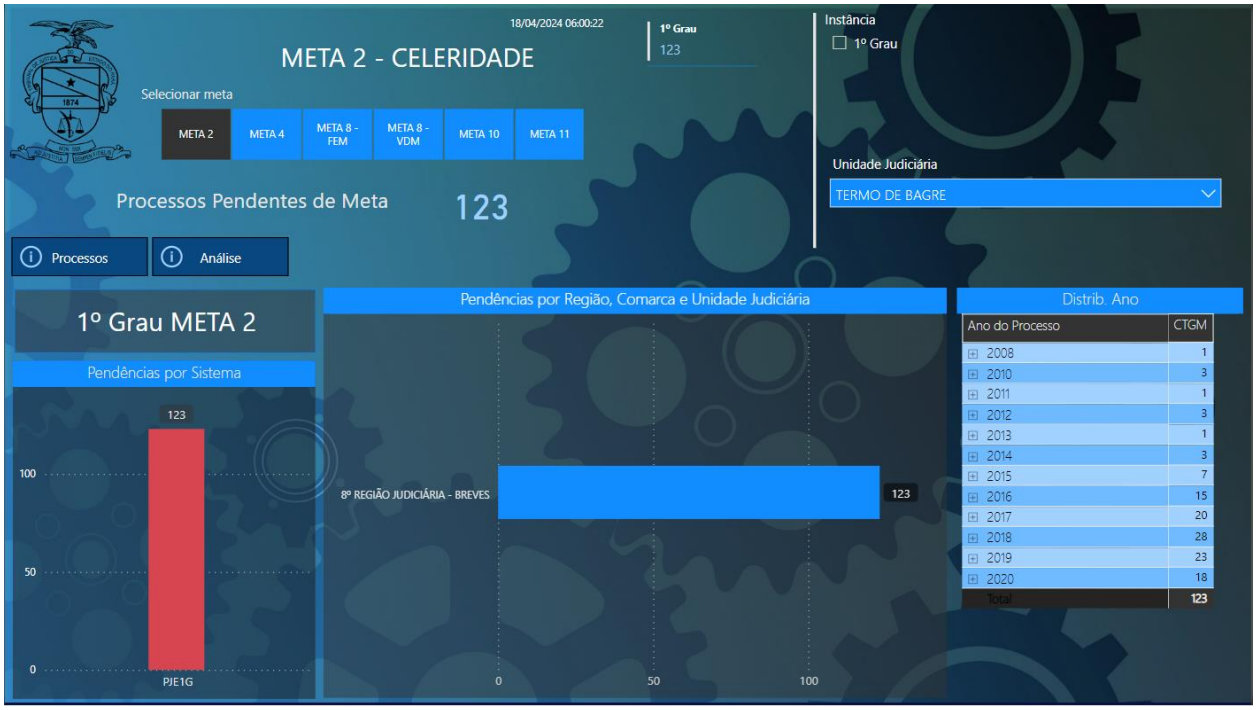
- **ESTÍMULO A CONCILIAÇÃO** – Tanto designando o máximo de audiências de conciliações possíveis, focando no estímulo a realização de acordos, quanto apondo etiquetas em processos com proposta de acordo, para o tratamento célere destes;
- **JULGAMENTO ANTECIPADO** – sempre que possível, não fazendo com que demandas tenham alargado tempo de tramitação desnecessariamente.

OBS CGJ I.: As ações acima descritas não são utilizadas no plano de ação, mas apenas na rotina desenvolvida pela equipe. O Plano de Ação apresentado pelo Termo Judiciário de Bagre abrange apenas "PAPJ"(processos distribuídos até 31.12.2021 e ainda não julgados") e "TMT" (Tempo médio de Tramitação). Pelo que válido acrescentar que entre os processos antigos a serem julgados, devem ser tidos como prioritários aqueles abrangidos pelas Metas 8-VDM e 11, haja vista serem as duas metas em que o termo Judiciário de Bagre ainda não alcançou 100%.

ANEXO I – PLANO DE AÇÃO

5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2/2024-CNJ? E quantos destes aguardam julgamento há mais de 14 (quatorze) anos? *(gestão judiciária)*

Primeira parte da referida meta cumprida (quando da inspeção com percentual de 101,35%), ocorre que **para o cumprimento integral, deve atingir** 100% de julgamento dos processos distribuídos há mais de 14 anos, sendo que no Painel de Metas não constam registros de demandas nesta condição para o Termo Judiciário de Bagre, conforme *print* de tela acima.



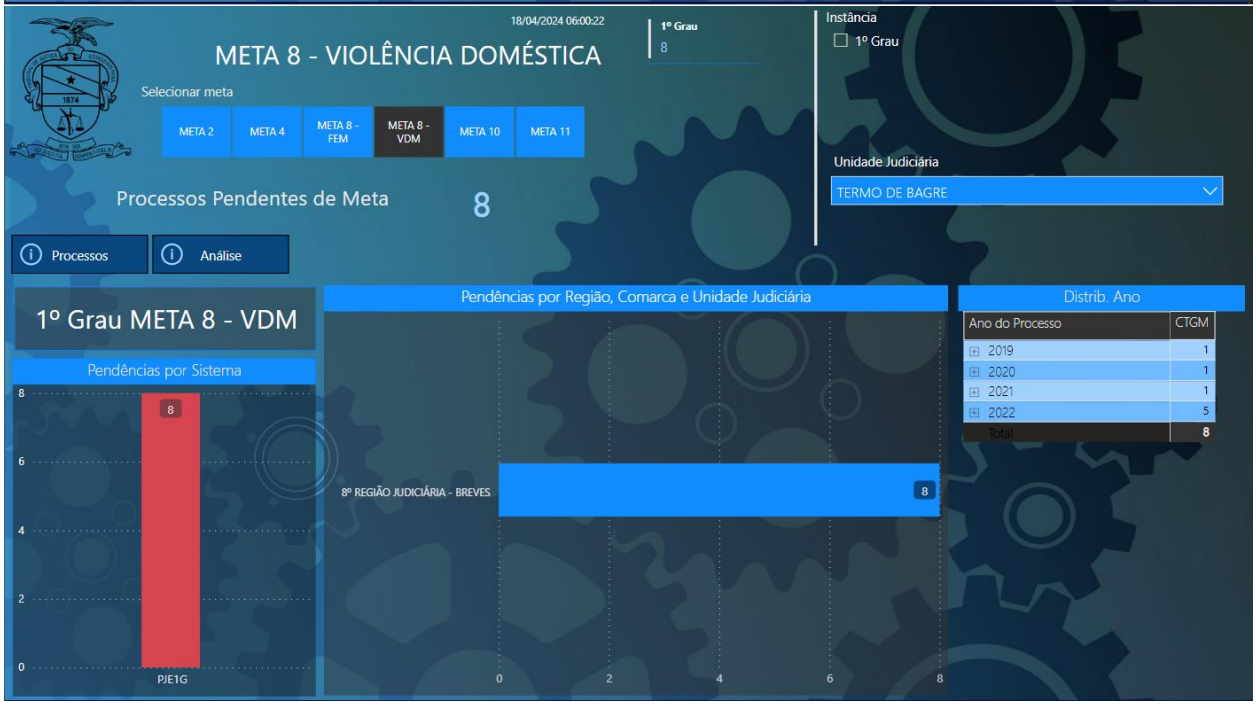
5.3. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento das Metas 4, 8, 10, 11/2024-CNJ? *(gestão judiciária)***?**

META 4: cumprida – 102.56%
META 8:
Meta 8 FEM: não se aplica.
Meta 8 VDM: 07
META 10: Não se aplica.
META 11: 01

OBS CGJ. I.: A unidade possui competência ampla, incluindo feminicídio. Ocorre que não são realizadas sessões de Tribunal do Júri no Termo Judiciário de Bagre, com conseguinte desaforamento dos feitos para comarca de Breves.

OBS CGJ.II: RECOMENDA-SE AO MAGISTRADO que agilize o trâmite processual dos processos incluídos na Meta 8-VDM e na Meta 11, **devendo prestar informações quanto ao julgamento dos mesmos no prazo de 60 (sessenta) dias.**

18/04/2024 06:00:22
META 4 - CORRUPÇÃO E IMPROBIDADE
1º Grau
7
Instância
1º Grau
Selecionar meta
META 2
META 4
META 8 - FEM
META 8 - VDM
META 10
META 11
Unidade Judiciária
TERMO DE BAGRE
Processos Pendentes de Meta
7
Processos
Análise
1º Grau META 4
Pendências por Região, Comarca e Unidade Judiciária
Distrib. Ano
Ano do Processo
CTGM
2018
3
2020
4
Total
7
Pendências por Sistema
7
6
4
2
0
PJE1G
8º REGIÃO JUDICIÁRIA - BREVES
7
0
2
4
6


18/04/2024 06:00:22
META 8 - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
1º Grau
8
Instância
1º Grau
Selecionar meta
META 2
META 4
META 8 - FEM
META 8 - VDM
META 10
META 11
Unidade Judiciária
TERMO DE BAGRE
Processos Pendentes de Meta
8
Processos
Análise
1º Grau META 8 - VDM
Pendências por Região, Comarca e Unidade Judiciária
Distrib. Ano
Ano do Processo
CTGM
2019
1
2020
1
2021
1
2022
5
Total
8
Pendências por Sistema
8
6
4
2
0
PJE1G
8º REGIÃO JUDICIÁRIA - BREVES
8
0
2
4
6
8

5.4. Houve diminuição da Taxa de congestionamento da unidade judicial (como parâmetro inicial 01.01.24 e final a data de realização da inspeção)?

Não.

Percentual TCL em 01.01.2024: 55,42
Percentual TCL data da inspeção: 55,56%

APLICAÇÃO E GESTÃO DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS - DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 05/2024- CORREGEDORIA NACIONAL

5.5. Nos processos suspensos em razão do aguardo de julgamento de precedentes foram lançadas etiquetas com a identificação do tema e órgão responsável pelo julgamento?

Sim.

OBS. CGJ. I: Em consulta realizada pela CGJ em 23.04.2024 tanto no PJE quanto no Painel de Gestão Judiciária (processos suspensos), foram localizados **dois processos suspensos por IRDR no PJE**, com a etiqueta "SUSPENSO IRDR TEMA 6 TJPA"

OBS. CGJ. II: Não foram localizadas etiquetas com outros temas (envolvendo recursos repetitivos, repercussão geral, IAC e mesmo outros IRDR´s).

5.6. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas?

02 (dois) processos se encontram suspensos em razão do IRDR nº 6, no TJPA.

OBS. CGJ.: Em consulta ao Painel de Gestão Judiciária, restou verificada a existência de dois processos na lista de suspensos por IRDR, quais sejam:

- 0800021-93.2024.814.0079 – PROCEDIMENTO COMUM -
- 0800075-30-2022.814.0079 – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO

5.7. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos?

A equipe da unidade informou que ao tomarem ciência do julgamento no Tribunal, promovem o impulsionamento do feito.

OBS CGJ.: Fica **orientada toda a equipe da unidade, que quando da ciência do julgamento, não devem se limitar ao impulsionamento do feito, sendo necessária a retirada da condição de suspenso do** processo, **sob pena de que as movimentações realizadas** – inclusive atos judiciais, até mesmo sentenças e baixas definitivas – **não sejam contabilizados para a produtividade** da unidade, nem dos servidores, nem do magistrado.

5.8. Existem processos ainda suspensos cujos temas já tenham sido julgados pelas Cortes Superiores?

Não.

OBS. CGJ.: Tal como descrito no item 5.6 a unidade conta com dois processos suspensos referentes ao IRDR 6.

5.9. Nos processos suspensos em razão de estarem aguardando julgamento de precedente são lançadas etiquetas com identificação do tema e órgão responsável?

Sim.

OBS. CGJ: Em consulta realizada ao PJE da unidade judiciária, no dia 23/04/2024, foram localizados dois processos suspensos por IRDR identificados com a etiqueta "SUSPENSO IRDR TEMA 6 TJPA".
IRDR TEMA 6
Data da admissão: 06.11.2023
Questão submetida a julgamento
"*Aplicabilidade do Piso Salarial Nacional ao Magistério paraense, a fim de saber se está em conformidade com o que preceitua a Lei Federal n.º 11.738/08, ou seja, se o piso se refere ao vencimento-base ou ao vencimento-base acrescido da gratificação*

de escolaridade."
Alcance do sobrestamento "Suspensão de todos os processos pendentes (ações e recursos), em âmbito estadual, cuja causa de pedir se mostre diretamente relacionada à matéria de direito objeto deste Incidente

5.10. Em que periodicidade são revistos os processos que se encontram suspensos por aguardarem julgamento vinculante de Tribunal?

A equipe da unidade informou que, sem prejuízo do acompanhamento das comunicações realizadas pelo NUGEPNAC através do e-mail institucional do TJPA, verifica mensalmente o andamento do processo principal (precedente) de onde partiu a afetação com ordem de suspensão.

5.11. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

A equipe informou que o Acompanhamento é realizado através do Portal Nugepnac-Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas pelo menos uma vez ao mês.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

5.12. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade nos últimos 12 meses?

Nenhuma.

OBS CGJ.: A execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade são acompanhadas pelas varas da infância e juventude da Capital, conforme Resolução 019/2014-GP, art. 1º, I E II.

5.13. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar a medida protetiva de acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses?

Nenhuma.

OBS CGJ.: Não há serviço de acolhimento institucional no município de Bagre, tampouco processo de medida protetiva de acolhimento em tramitação no Termo Judiciário de Bagre.

OBS CGJ.II: Em consulta ao acervo ativo da unidade por classe, não foram identificadas demandas de "adoção", "destituição do poder familiar", "Suspensão do poder familiar" tampouco de "Pedido de medida de proteção"

5.14. Há na comarca Programa ou Projeto que objetive o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de desinstitucionalização do jovem que vive em casa de acolhimento institucional, em vias de completar 18 anos? *(Diretriz estratégica 10 da Corregedoria Nacional 2024)*

A equipe da unidade informou não vislumbrar a necessidade de realização de programa dessa natureza diante da inexistência de serviço de acolhimento naquele

município, tampouco a existência de jovem que estivesse em processo de desinstitucionalização.

OBS CGJ.: Não há serviço de acolhimento institucional no município de Bagre.

REGISTROS PÚBLICOS

5.15. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

COMARCA DE BREVES

CNS	SERVENTIA	OFICIAL RESPONSÁVEL	ENDEREÇO	MUNICÍPIO
06.671-2	CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO - SEDE	**TITULAR:** VICTOR HUGO BARBOZA CHALUB	AVENIDA PRESIDENTE VARGAS, Nº 2405-A, BAIRRO: CENTRO CEP: 68.800-000	BREVES
06.678-7	CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO - SEDE	**TITULAR**: MAGDA LIMA MENDES	TRAVESSA CASTILHO FRANÇA, Nº 355, BAIRRO: CENTRO CEP: 68.800-000	BREVES
06.788-4	CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE TERMO DE BAGRE	**TITULAR**: ALAN ALEX FARIAS TEIXEIRA	TRAVESSA EVARISTO DE MENDONÇA, S/Nº BAIRRO: CENTRO CEP: 68.475-000	BAGRE

OBS CGJ. I.: O Termo Judiciário de Bagre faz parte da comarca de Breves, mas possui Serventia Extrajudicial de ampla competência no município de Bagre (Único Ofício), que tem como Titular Alan Alex Farias Teixeira.

A equipe da unidade informou que durante as correições anuais realizadas pelo próprio magistrado da comarca restou identificado que o **Oficial Titular promove atendimento em regime de plantão e que disponibiliza contato imediato** atravÉs de telefone (91) 99135.9795 e e-mail: cartoriossbv@gmail.com

OBS CGJ II: A última correição ordinária realizada pelo Juiz Corregedor Permanente (Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Breves) realizada no Cartório do Único Ofício do Termo Judiciário de Bagre foi protocolada eletronicamente no sistema **PJECor sob o nº 0000606-98.2024.2.00.0814.**

5.16. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

A equipe da unidade informou que, de acordo com dados colhidos na última correição neste ano (**nº 0000606-98.2024.2.00.0814)**, devido a baixa demanda (cerca de 50 registros mensais de nascimento), a Serventia informou ter criado procedimento de encaminhamento e acompanhamento direto dos pais/responsáveis pelo recém-nascidos à Serventia, que fica à menos de 500 metros do Hospital Municipal.

5.17. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto "Registro de nascimento após o prazo legal" (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se aguardando julgamento? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2024)*

Inicialmente foi identificado pela equipe da unidade três processos com o referido assunto:

- **08002993120238140079**, com audiência de justificação designada para o dia 26/07/2024;
- **0800277-70.2023.8140079**, julgado em 05 de março de 2024, aguarda-se o trânsito em julgado para o devido cumprimento e arquivamento;
- **0800372-03.2023.8.14.0079**, aguarda-se o parecer do Ministério Público.

OBS CGJ.I: Baixando a planilha do acervo ativo do Termo Judiciário de Bagre, extraída do Painel de Gestão Judiciária, **verificou-se 04 (quatro) processos** em tramitação na unidade com o **assunto "Registro de nascimento após o prazo legal",** conforme abaixo listado (um deles distribuído logo após o encerramento da inspeção, em 22.04.2024):

Nº DO PROCESSO	ANO D	SITUAÇÃO	SISTEM	CLASSE	ASSUNTO	DATA DA DISTRIBUIÇÃO/
08003720320238140079	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	Procedimento Comum	7732 - Registro de nascimento após prazo legal	09/09/2023
08002993120238140079	2023	EM ANDAMENTO	PJE1G	Retificação ou Suprimento o	7732 - Registro de nascimento após prazo legal	02/09/2023
08001648220248140079	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	Retificação ou Suprimento o	7732 - Registro de nascimento após prazo legal	22/04/2024
08001327720248140079	2024	EM ANDAMENTO	PJE1G	Retificação ou Suprimento o	7732 - Registro de nascimento após prazo legal	10/04/2024

Todos os quatro na condição de "em andamento".

RECOMENDA-SE ao Juiz e equipe do Termo Judiciário de Bagre que **ultime as diligências para finalização dos referidos processos em até 90 (noventa) dias, mormente os distribuídos no ano de 2023**, de modo que demandas desta natureza não ultrapasse um ano de tramitação.

OBS CGJ II.: Em consulta ao **processo nº 0800277-70.2023.8140079** restou verificado que a Defensoria Pública do Estado do Pará consta como autora da demanda (pólo ativo). Ainda que os autos eletrônicos sejam distribuídos pela Defensoria Pública, que faz o preenchimento inicial dos dados, cabe a secretaria da unidade as correções necessárias, sob pena de impossibilidade de utilização de ferramentas de automatização, como é o caso do uso de variáveis nos modelos de mandados judiciais. Necessário uma conversa institucional com a Defensoria Pública para que as futuras distribuições obedeçam aos critérios corretos para que não haja retrabalho da Secretaria. **RECOMENDA-SE** aos servidores da Secretaria do Termo de Bagre que, preferencialmente na primeira verificação de um processo distribuído, sejam realizadas todas as retificações de registros necessárias (quanto às partes, informações das partes, classe, assunto e outros que julgarem necessários), sempre levando em consideração para "classe", "assunto" e "movimento", as Tabelas Unificadas do Conselho Nacional de Justiça.

OBS. CGJ. III.: A partir das demandas apresentadas de forma recorrente na secretaria da unidade, caso julgue necessário e adequado, nada impede que, em cooperação administrativa, sejam encaminhadas orientações aos demais atores do sistema de Justiça (Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil) acerca de como deve ser

o correto cadastramento dos feitos no sistema.

5.18. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? *(Diretriz estratégica 4 da Corregedoria Nacional 2023)*

Não foi identificado pela equipe até o momento localidades em que haja esta potencial concentração de subregistro civil e, consequentemente, necessite de ação correlata para erradicação.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL/FALÊNCIA

5.19. O Juízo de Recuperação Judicial/Falência, ao deferi o processamento de recuperação judicial ou decretar falência, tem oficiado ao Núcleo de Cooperação Judiciária do TRT 8ª Região solicitando lista completa de processos trabalhistas de CONHECIMENTO, LIQUIDAÇÃO e EXECUÇÃO, que tramitem contra a sociedade empresária ou grupo econômico reconhecido judicialmente como beneficiado com o deferimento do processamento da recuperação judicial (Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023, celebrado entre TJPA e TRT 8ª Região, em 30.10.2023)?

PREJUDICADO.

OBS. CGJ.: Em consulta ao acervo ativo da unidade por classe não consta nenhum processo classificado como “Falência” (108) nem como “Recuperação Judicial”(129).

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO – RESOLUÇÃO Nº 471/2022-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 11 CORREGEDORIA NACIONAL

5.20. O juízo tem observado os requisitos para a distribuição das ações de ura execução fiscal a partir do julgamento do TEMA 1182 pelo Supremo Tribunal Federal?

OBS. CGJ. I: Em consulta ao acervo ativo da unidade por classe, verificou-se a existência de **16 processos na classe “Execução Fiscal”** (108), dos anos de 2008, 2009, 2013, 2012, 2014, 2015 e outros, **RECOMENDA-SE ao Magistrado e equipe da unidade, a estrita observância aos termos da Resolução nº 547/2024-CNJ que institui o tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do julgamento do Tema 1184 da repercussão geral pelo STF, devendo, de imediato, promover a análise nos processos de execução para triagem daqueles em que há a aplicabilidade da resolução.**

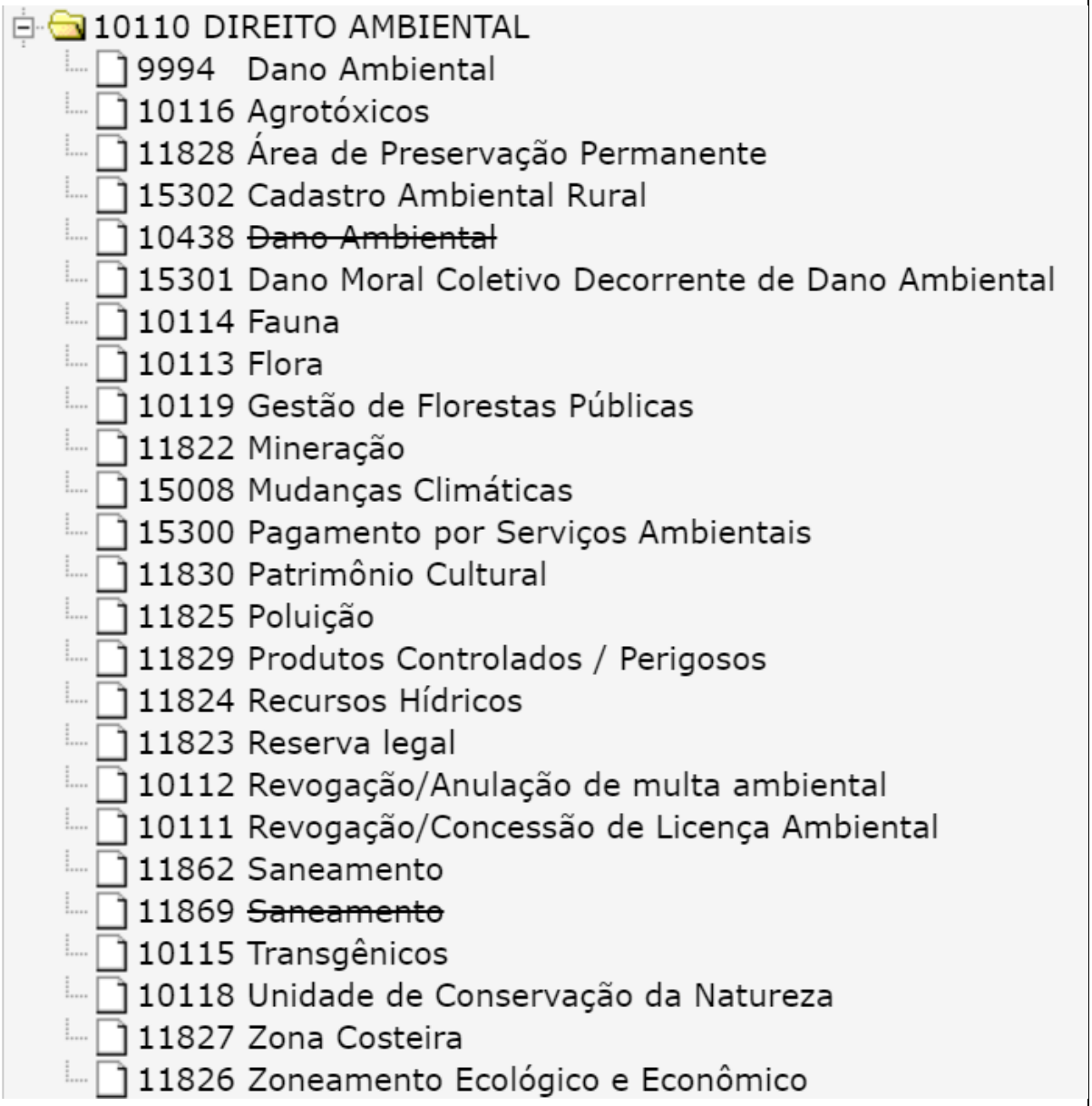
AÇÕES AMBIENTAIS – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 13/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.21. As demandas envolvendo matéria ambiental recebem etiqueta de identificação “AÇÃO AMBIENTAL”?

Pelo que verificado no sistema PJE não recebem etiquetas com a específica finalidade que seja identificada como matéria ambiental, mas apenas as etiquetas automáticas do PJE que tem o “(D)” correlatas aos assuntos de Direito Ambiental – sendo identificada apenas registros relacionados a crimes **“Crime contra administração**

ambiental", "crime ambiental" e "crimes contra o meio ambiente e patrimônio genético".

OBS CGJ: A Tabela de assuntos do CNJ, disponível no https://www.cnj.jus.br/sgt/consulta_publica_assuntos.php possui a "árvore" Direito Ambiental". Estão contidos nesta árvore 23 (vinte e três) assuntos com códigos específicos relacionados com a matéria, quais sejam:



OBS CGJ. II.: Em consulta ao acervo ativo do termo não foram identificadas demandas em tramitação com os assuntos acima relacionados na observação II, pelo que fica facultado ao Termo Judiciário de Bagre, caso haja distribuição de demandas desta natureza, a criação e utilização de etiqueta única para identificação da totalidade de demandas ambientais em trâmite na unidade, tudo para fins de agilização do trâmite e atendimento da Meta 10-CNJ.

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA – RESOLUÇÃO 350/2020-CNJ – DIRETRIZ ESTRATÉGICA NÚMERO 17/2024 CORREGEDORIA NACIONAL

5.22. Informar quantos termos de cooperação jurisdicionais/atos consertados foram firmados, indicando: a) os envolvidos, b) a matéria tratada e c) a comunicação à Corregedoria?

Não foi firmada Cooperação Jurisdicional pelo Termo Judiciário de Bagre até o presente momento.

OBS CGJ: Considerando a extensa área rural, **RECOMENDA-SE** ao magistrado que busque realizar cooperação judiciária com comarcas vizinhas e que possuam áreas limítrofes próximos àquela comarca, para que realize a diligência na área próxima sem a necessidade de deprecação da ordem judicial.

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? *(Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJECOR n. 0002009-73.2.00.0814)*

Em consulta ao Painel de Gestão Judiciária restou verificado que na data da inspeção a unidade possuía 28 (vinte e oito) processos suspensos, conforme anotado no item 4.1, sendo que mais da metade deles se refere a “Réu revel citado por edital”.

Após a data inspeção restou verificado que a unidade fez quatro arquivamentos provisórios, o que também deixa os processos na condição de suspenso.

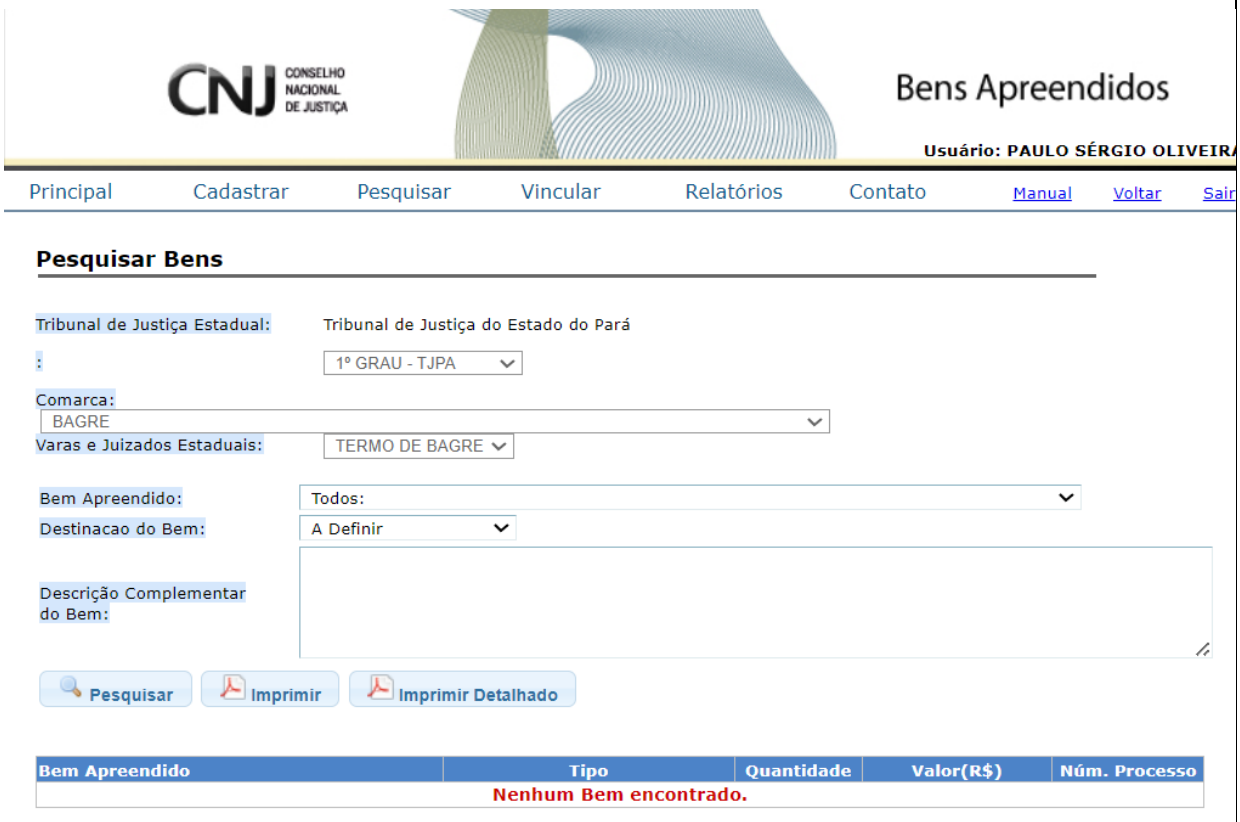
Dentre os suspensos há seis ações penais de competência do Tribunal do Júri.

- **0000242-61.2014.814.0079 – PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** – Em consulta aos autos restou verificada a prolação de sentença em abril de 2024 de extinção do processo sem resolução de mérito (artigo 485, III, CPC – desinteresse do autor), não havendo motivo aparente, nem determinação em sentença para realização de arquivamento provisório e não definitivo.
  RECOMENDA-SE a verificação por parte dos servidores da Secretaria quanto a movimentação correta realizada nos presentes autos, inclusive quanto a necessidade de correção para fins de baixa;
- **0001362-66.2019.814.0079 - - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (investigação de paternidade)** – Em consulta aos autos restou verificada a prolação de sentença em março de 2024 de extinção do processo sem resolução de mérito (artigo 485, III, CPC – desinteresse do autor), não havendo motivo aparente, nem determinação em sentença para realização de arquivamento provisório e não definitivo.
  RECOMENDA-SE a verificação por parte dos servidores da Secretaria quanto a movimentação correta realizada nos presentes autos, inclusive quanto a necessidade de correção para fins de baixa

Neste caso específico o Ministério Público consta no Pólo Ativo do sistema PJE, quando deveria estar apenas a Autora, que é representada pela Defensoria Público.

- **0000141-52.2006.814.0079 – AÇÃO DE COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI.**
  A suspensão se deu em razão da apresentação do pedido de desaforamento junto ao Egrégio TJPA, portanto desnecessária a consulta feita pela secretaria no dia 10.04.2024, que não observou efetivamente o motivo pelo qual o processo estava suspenso que não pelo art. 366. Após o movimento de suspensão pelo magistrado não registro de novo provimento judicial.

6.2. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. *(Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)*



OBS CGJ. I: Em consulta ao sistema SNBA durante a inspeção, verificou-se não haver nenhum bem a ser dada destinação, o que demonstra que a unidade não estava utilizando o sistema SNBA.

OBS. II.: Por outro lado, durante a inspeção foram verificados veículos (motocicleta e

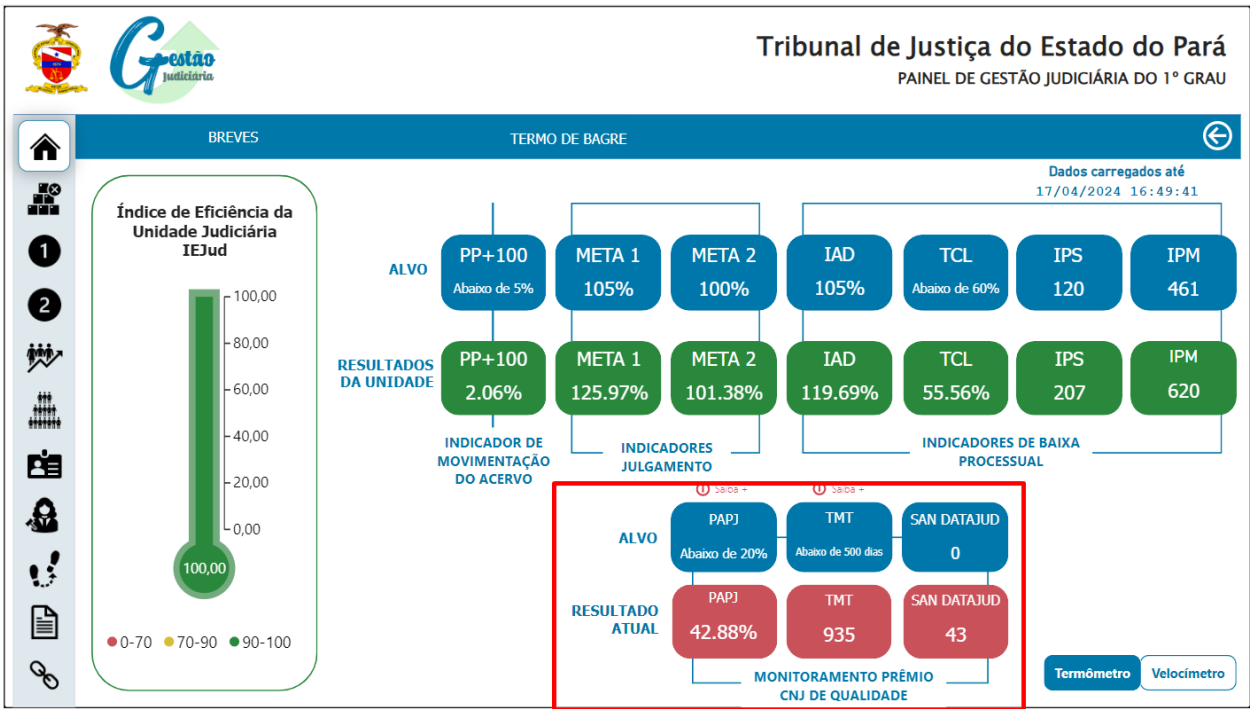
carro) na delegacia do município de Bagre, vinculados à procedimento criminal, sem informação sobre a destinação pelo Juiz. A partir desta constatação, conclui-se que o Termo Judiciário não possui efetivo controle sobre os bens apreendidos que ainda estão vinculados a processos criminais que por ali tramitam ou tramitaram e que não foram cadastrados em sistema do CNJ, nem foi realizada a devida destinação

Recomenda-se que a Unidade efetue o cadastramento dos bens no sistema SNGB (sistema Nacional de Gestão de Bens), e que o Magistrado ao decidir nos autos a destinação dos bens apreendidos, deve registrar no SNGB, nos termos da Resolução CNJ n. 483/2022, observando-se, ainda, os provimentos n° 003/2022-CGJ - Publicado no Diário da Justiça em 27/07/2022 e Provimento Conjunto n° 02/2021-CJRMB/CJCI, de 29/01/2021 .

ANEXO II – Lista de Bens Apreendidos na Delegacia de Bagre

6.3. É realizado o saneamento de classe e assunto das demandas em trâmite da unidade de modo que a classe esteja sempre no último nível e o assunto esteja, pelo menos, no terceiro nível? Apontar o número de processos pendentes de saneamento desta natureza constante da lista disponibilizada no Painel de Gestão Judiciária (SAN DATAJUD)

No período da inspeção restou constatado que haviam 43 processos pendentes de saneamento (SAN DATAJUD). O saneamento está a cargo do Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) conforme OFÍCIO CIRCULAR Nº 15/2024-GP. Já houve contato entre servidor do Termo Judiciário e servidor responsável pelo saneamento, com cadastro cadastrou do referido servidor como diretor de secretaria no PJE.



6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados

como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e de quaisquer documentos que tenham natureza de comunicação?

A equipe informou que, em regra, sempre que identifica alguma alteração nos autos, promove a alteração no sistema.

OBS CGJ: **RECOMENDA-SE** à equipe da unidade que mantenha rigorosa e criteriosa atualização de dados do sistema (tanto com os informados por peticionamento **quando verbalmente pelas partes ou advogados – especialmente nos momentos de audiência, bem como do que certificado pelos oficiais de Justiça**), tudo diante da **imprescindibilidade da atualização** para fins de otimização das ferramentas de automatização no sistema Pje (variáveis, cadastros de decisões, despachos, mandados e outros, todos em lote).

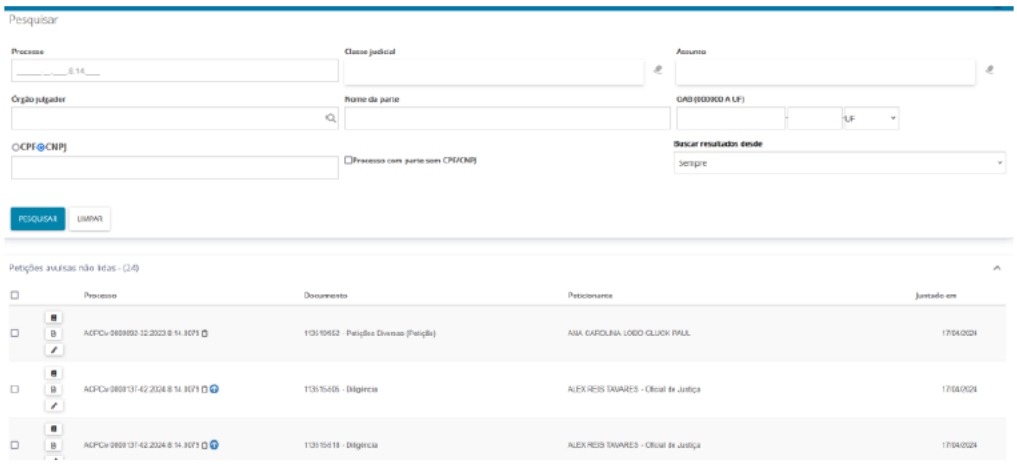
6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

A equipe da unidade informou que **no dia 08.04.24, identificou:**

- petições avulsas não lidas: 11;
- Processos com habilitações nos autos não lidas: 0;
- Mandados devolvidos pelo oficial de Justiça 2;
- Documentos não lidos 11;
- Processos com pedido de assistência judiciária gratuita não apreciado 24.

Referenciou ainda que todos os dias analisam os documentos que ingressam através dos agrupadores.

2) **Agrupadores:** Na ferramenta agrupadores através consulta pelo período **"sempre"** foram identificadas **24 (vinte e quatro)** petições avulsas não lidas.



6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Sim.

OBS. CGJ. I.: No dia da inspeção não havia nenhum preso civil.

6.7. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

OBS CGJ.: Em consulta ao acervo ativo da unidade pelo Painel de Gestão Judiciária, verificou-se o registro de **três processos como estando no sistema LIBRA**.
Em consulta dos números no PJE, restou verificado que constam do sistema eletrônico, porém em outras classes processuais. O processo do ano de 2020 inclusive tem movimento no PJe de arquivamento definitivo, enquanto para o Painel de gestão ainda se encontra "em andamento".
Especificamente quanto ao processo nº 00058284520158140079 (Execução Fiscal), em consulta pela numeração, não aparece nenhum registro no sistema PJE, conforme quadro abaixo.

Nº DO	ANO D	SITUAÇÃO	SISTEM	IDCLAS	CLASSE	ASSUNTO
00058284	2015	EM ANDAMENTO	LIBRA	1116	EXECUÇÃO FISCAL	6017 - Dívida Ativa
00038058	2019	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circunstanciado	3386 - Leve
00010237	2020	EM ANDAMENTO	LIBRA	278	Termo Circunstanciado	3386 - Leve

1- **RECOMENDA-SE** à equipe da unidade verificar a regular tramitação de tais processos (02 TCO´s/Ações Penais), atestar a conclusão da migração de cada um para o PJE e proceder a abertura de chamado técnico com a finalidade de que seja esclarecido o ocorrido em cada um deles, com orientação de como deve proceder para corrigir os movimentos de modo que as tramitações do PJE espelhem o que consta do Painel de Gestão Judiciária.
2- **RECOMENDA-SE** a verificação da regular tramitação da execução fiscal nº 00058284520158140079, e que seja **informado sobre a conclusão da migração no prazo de 30 (trinta) dias.**

6.8. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Conforme descrito no item 4.1, quando da realização da inspeção não constavam processos com prioridade paralisados há mais de 100 dias em secretaria.

6.9. Print de tela contendo toda a barra de tarefas da secretaria da unidade

Tarefas	986
Filtros GAB SEAJP SEINP SEPOD SESUD	
Aguardando apreciação pela instância superior	33
Aguardar realização de audiência	22
Analisar manifestação parcial	44
Analisar suspensão ou sobrestamento	10
Arquivar processo	8
Arquivo provisório	6
Avaliar ato proferido de decisão	17
Avaliar ato proferido de despacho	24
Avaliar ato proferido	1
Avaliar decisão em audiência	2
Avaliar decisão sobre justiça gratuita	2
Avaliar expedição de documento	4
Confirmar minuta de documento	7
Designação de audiência	2
Desmembrar processo	1
Devolvido do Setor Multidisciplinar	1
Minutar análise de desarquivamento	5

Minutar análise de desarquivamento	5
Minutar apreciação de justiça gratuita	17
Minutar ato de decisão	50
Minutar ato de despacho	16
Minutar ato de julgamento	16
Minutar documento	2
Preparar ato de comunicação simplificado	7
Preparar comunicação	2
Processo com prazo em curso	74
Processo suspenso com prazo	11
Processo suspenso	3
Processos devolvidos pelo plantão	3
Processos redistribuídos para esta unidade	5
Verificar providência a adotar	39
Verificar se houve trânsito em julgado	45
[CRIM] Aguardando apreciação pela instância superior	32
[CRIM] Aguardando inquérito	1

[CRIM] Aguardando inquérito	1
[CRIM] Aguardando prazo	137
[CRIM] Aguardar realização de audiência	26
[CRIM] Analisar suspensão ou sobrestamento	1
[CRIM] Arquivar processo	13
[CRIM] Avaliar expedição de documento	46
[CRIM] Confirmar minuta de documento	11
[CRIM] Cumprir ato proferido de decisão	5
[CRIM] Cumprir ato proferido de despacho	20
[CRIM] Cumprir ato proferido de julgamento	5
[CRIM] Cumprir decisão em audiência	1
[CRIM] Cumprir determinação sobre desarquivamento	1
[CRIM] Designação de audiência	24
[CRIM] Encerrar expedientes (manualmente)	1
[CRIM] Minutar ato de decisão	30
[CRIM] Minutar ato de despacho	32
[CRIM] Minutar ato de julgamento	11

[CRIM] Minutar ato de julgamento	11
[CRIM] Minutar documento	5
[CRIM] Preparar ato de comunicação simplificado criminal	4
[CRIM] Preparar comunicação	1
[CRIM] Processo suspenso com prazo	3
[CRIM] Processo suspenso sem prazo	1
[CRIM] Verificar manifestação inquérito	4
[CRIM] Verificar manifestação	75
[CRIM] Verificar providência a adotar	17

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

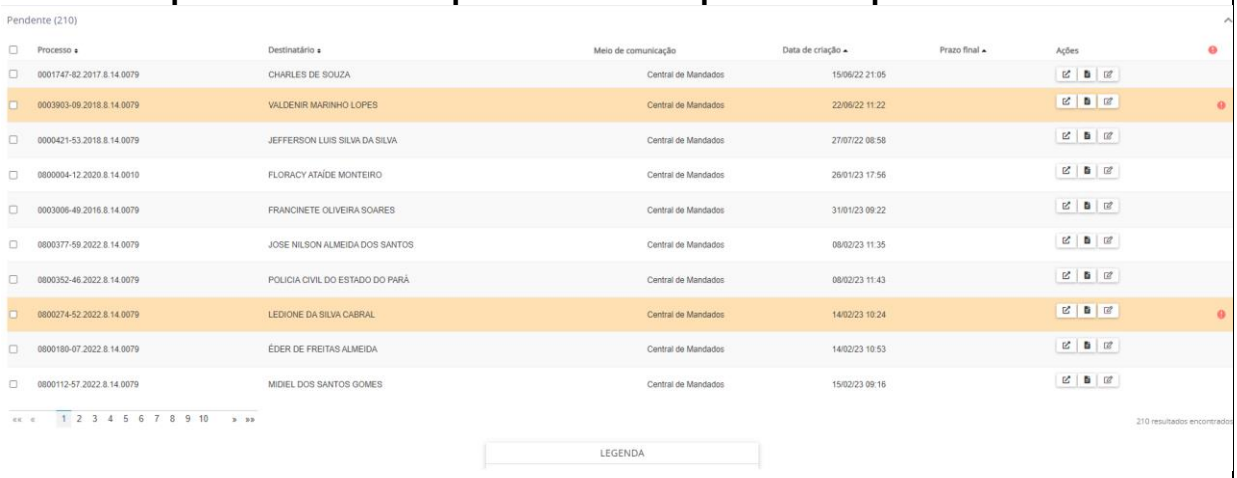
7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE?

Sim.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Sim. 292 de acordo com o painel de acompanhamento de mandados. A relação exportada **do painel segue em ANEXO (ANEXO III).**

Em consulta ao sistema, verificou-se que 30 dias antes da inspeção havia 210 mandados pendentes de cumprimento com o prazo extrapolado:


Pendente (210)

Processo	Destinatário	Meio de comunicação	Data de criação	Prazo final	Ações
0001747-82.2017.8.14.0079	CHARLES DE SOUZA	Central de Mandados	15/06/22 21:05		
0003903-09.2018.8.14.0079	VALDENIR MARINHO LOPES	Central de Mandados	22/06/22 11:22		
0000421-53.2018.8.14.0079	JEFFERSON LUIS SILVA DA SILVA	Central de Mandados	27/07/22 08:58		
0800004-12.2020.8.14.0010	FLORACY ATAÍDE MONTEIRO	Central de Mandados	26/01/23 17:56		
0003006-49.2016.8.14.0079	FRANCINETE OLIVEIRA SOARES	Central de Mandados	31/01/23 09:22		
0800377-59.2022.8.14.0079	JOSE NILSON ALMEIDA DOS SANTOS	Central de Mandados	08/02/23 11:35		
0800352-46.2022.8.14.0079	POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ	Central de Mandados	08/02/23 11:43		
0800274-52.2022.8.14.0079	LEDIONE DA SILVA CABRAL	Central de Mandados	14/02/23 10:24		
0800180-07.2022.8.14.0079	ÉDER DE FREITAS ALMEIDA	Central de Mandados	14/02/23 10:53		
0800112-57.2022.8.14.0079	MIDIEL DOS SANTOS GOMES	Central de Mandados	15/02/23 09:16		

« « 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 » »

210 resultados encontrados

LEGENDA

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado "não urgente" para cumprimento?

Entre 30 a 40 dias.

OBS. CGJ.: Importante realçar que o **prazo estabelecido no Provimento Conjunto nº 009/2019-CJRMB/CJCI é de no mínimo 40 (quarenta) dias antes da data da audiência.**

7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

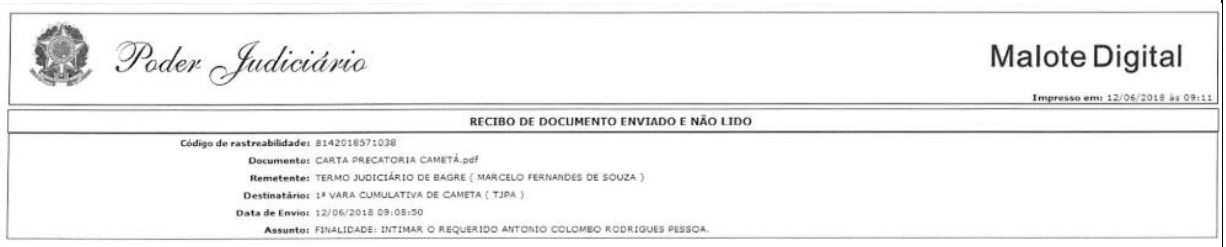
A equipe da unidade informou os seguintes processos:

- 0800189-32.2023.8.14.0079;
- 0800162-49.2023.8.14.0079;
- 0000422-77.2014.8.14.0079;
- 0800248-38.2020.8.14.0010.

OBS. CGJ. I.: A equipe da unidade informou não ter sido realizada comunicação a Corregedoria, mas que foram solicitadas informações aos Juízos Deprecados.

OBS. CGJ. II.: Dentre os processos acima listados pela equipe da unidade foi verificado o de número 0000422-77.2014.8.14.0079, por se tratar de Meta 2 e incluído no PAPJ.
II.1 - Trata-se de uma ação de investigação de paternidade, erroneamente classificada como "Averiguação de Paternidade", pelo que **deve a secretaria de imediato retificar a classe do processo;**
II.2 – O último despacho data de 30.01.2024 com determinação de cobrança da Carta Precatória para a Comarca de CAMETÁ-PA.
Vale ressaltar que carta precatória foi expedida para uma comarca dentro do estado do Pará (TJPA) com a finalidade de INTIMAÇÃO DO REQUERIDO PARA CONTESTAR. Sobre a questão, vale dizer que desde a edição do Provimento nº 009/2019-CJRMB/CJCI, **as unidades não devem mais expedir Cartas Precatórias com a finalidade de comunicação (Citação, Intimação, Notificação), devendo encaminhar apenas o MANDADO por meio do sistema PJE para a respectiva Central de Mandados onde será realizado o cumprimento da diligência.**

OBS. CGJ.III.: Quando houver a necessidade de expedição de Carta Precatória às comarcas do TJPA -não sendo caso de mera comunicação – a distribuição da Carta deve ser feita diretamente no sistema PJE para o Juízo deprecado.


Poder Judiciário — Malote Digital

Impresso em: 12/06/2018 às 09:11

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 8142018571038
Documento: CARTA PRECATORIA CAMETÁ.pdf
Remetente: TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE (MARCELO FERNANDES DE SOUZA)
Destinatário: 1ª VARA CUMULATIVA DE CAMETA (TJPA)
Data de Envio: 12/06/2018 09:08:50
Assunto: FINALIDADE: INTIMAR O REQUERIDO ANTONIO COLOMBO RODRIGUES PESSOA.

7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

A equipe da unidade informou os seguintes **28 processos**:

1. 08000373120228140010: Aguardando pagamento das custas;
2. 08001264120228140079: aguardando pagamento das custas;
3. 0800285-81.2022.8.14.0079: Após a certificação do pagamento das custas o mandado foi distribuído ao Oficial de Justiça e aguarda cumprimento, pois a diligência deve ser realizada na distante localidade situada às margens do Rio Jacundá, havendo necessidade de programar viagem, solicitar e aguardar a liberação de suprimento de fundos para locação de lancha, diária de piloto e combustível;
4. **08003758920228140079:** aguardando pagamento das custas;
5. **08003767420228140079**: aguardando o cumprimento do mandado de reavaliação, a diligência deve ser realizada na distante localidade situada às margens do Rio Jacundá, havendo necessidade de programar viagem, solicitar e aguardar a liberação de suprimento de fundos para locação de lancha, diária de piloto e combustível;
6. **08016525620228140010**: aguardando cumprimento do mandado;
7. 08001373620238140079: após a certificação pela UNAJ da necessidade de pagamento das custas o mandado foi distribuído em 19/03/24 a ser cumprido na VILA ASSUNÇÃO, ZONA RURAL, ÀS MARGENS DO RIO PARNAUBA, havendo necessidade de programar viagem, solicitar e aguardar a liberação de suprimento de fundos para locação de lancha, diária de piloto e combustível;
8. 08001936920238140079: confirmado o pagamento das custas em 01/03/2024, a missiva aguarda cumprimento do mandado;
9. 08003634120238140079: aguardando pagamento das custas;
10. 08004422020238140079: aguardando cumprimento do mandado;
11. 08004474220238140079: aguardando pagamento das custas;
12. 08005314320238140079: distribuída em 18/12/2023 e aguarda cumprimento de mandado;
13. 08005349520238140079: distribuída em 22/12/2023 e aguarda cumprimento de mandado;
14. 08004916120238140079, distribuída em 05/12/2023, aguardando cumprimento de mandado;
15. **08000373120228140010**: Aguardando pagamento das custas;
16. **08001264120228140079**: aguardando pagamento das custas;
17. **0800285-81.2022.8.14.0079**: Após a certificação do pagamento das custas o mandado foi distribuído ao Oficial de Justiça e aguarda cumprimento, pois a diligência deve ser realizada na distante localidade situada às margens do Rio Jacundá, havendo necessidade de programar viagem, solicitar e aguardar a liberação de suprimento de fundos para locação de lancha, diária de piloto e combustível;
18. **08003758920228140079**: aguardando pagamento das custas;
19. **08003767420228140079**: aguardando o cumprimento do mandado de reavaliação, a diligência deve ser realizada na distante localidade situada às margens do Rio Jacundá, havendo necessidade de programar viagem, solicitar e aguardar a liberação de suprimento de fundos para locação de lancha, diária de piloto e combustível;
20. **08016525620228140010**: aguardando cumprimento do mandado;
21. 08001373620238140079: após a certificação pela UNAJ da necessidade de

pagamento das custas o mandado foi distribuído em 19/03/24 a ser cumprido na VILA ASSUNÇÃO, ZONA RURAL, ÀS MARGENS DO RIO PARNAUBA, havendo necessidade de programar viagem, solicitar e aguardar a liberação de suprimento de fundos para locação de lancha, diária de piloto e combustível;

22. 08001936920238140079: confirmado o pagamento das custas em 01/03/2024, a missiva aguarda cumprimento do mandado;
23. 08003634120238140079: aguardando pagamento das custas;
24. 08004422020238140079: aguardando cumprimento do mandado;
25. 08004474220238140079: aguardando pagamento das custas;
26. 08005314320238140079: distribuída em 18/12/2023 e aguarda cumprimento de mandado;
27. 08005349520238140079: distribuída em 22/12/2023 e aguarda cumprimento de mandado;
28. 08004916120238140079, distribuída em 05/12/2023, aguardando cumprimento de mandado;

OBS CGJ. I: Em consulta ao acervo ativo da unidade verifica-se que contém exatamente 28 Cartas Precatórias pendentes de cumprimento e devolução, as quais estão acima listadas. Portanto, levando em consideração as dificuldades de deslocamento na região do Marajó e de localização dos endereços dada a ausência de numeração em muitas casas, **RECOMENDA-SE:**

- que haja efetivo controle através de etiquetas com relação as cartas que estejam com pendência no pagamento de custas, e, decorrido o prazo sem pagamento que seja realizada a devolução;
- que haja efetivo controle da devolução dos mandados relacionados às cartas precatórios, para agilização do trâmite das missivas.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

Para o mês de abril/2024:

- 4 audiências cíveis;
- 10 audiências criminais;

Para o mês de maio/2024.

- 13 audiências cíveis;
- 8 audiências criminais.

Em anexo: Pauta de audiência de janeiro a maio entregue pela Unidade (ANEXO IV).

8.2. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme

nomenclatura do PJE?

O cadastro no PJE é realizado pela Secretaria no momento do cumprimento da decisão. As audiências realizadas pela unidade são:

- audiência de instrução e julgamento,
- audiência de conciliação,
- audiência preliminar e
- audiência de justificação.

OBS CGJ: O Gabinete despacha o processo e inclui a audiência no google agenda, e a Secretaria insere no PJE.

8.3. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

30/07/2025

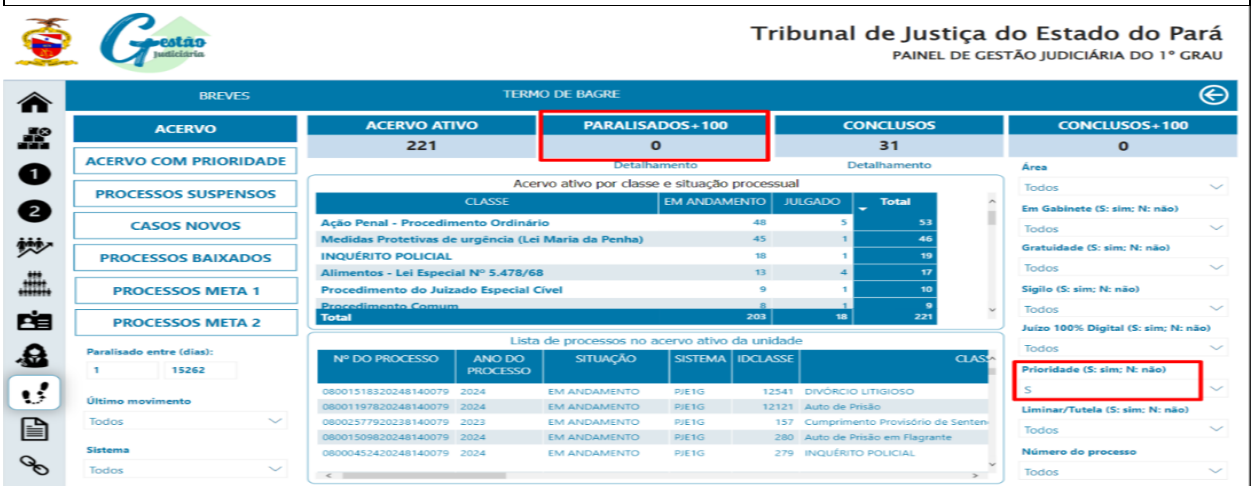
OBS. CGJ: A pauta de audiência criminal está para 28/08/2025/réu solto (Processo 0000521-71.2019.814.0079), e audiência 23/08/2024, Processo n 0800173-49.2021.8140079, autos de ação ordinária para pagamento de salário maternidade. Na pauta tem espaço para as audiências de réus presos.

RECOMENDA-SE que haja um incremento na pauta de audiência para que sejam designadas, **no mínimo, 30 audiências por mês.**

RECOMENDA-SE, ainda, a observância pelo magistrado de que os processos com **réus presos devem ser julgados com celeridade, e observando-se a recomendação conjunta N.º 5/2018-CJRMB/CJCI**, DE 01 DE OUTUBRO DE 2018. Assim como, deve ser revisada a necessidade de prisão a cada 90 dias.

8.4. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Durante a inspeção foi verificado que não há processo com prioridade paralisado há mais de cem dias – vide informações no item 4.1.



8.5. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

A Unidade informou que para cada mês foi estabelecido o mínimo de:

- 95 despachos;
- 62 decisões e
- 33 sentenças;
- Movimentação total de, no mínimo, 190 processos por mês no gabinete.

8.6. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

Sim.

OBS CGJ. I.: Durante a inspeção (18/04/2024) restou verificado, a partir dos movimentos cadastrados por servidor e magistrado da unidade, realização de audiências de conciliação em processo cível e preliminar de TCO. Ocorre que, analisando os processos, restou verificado o seguinte:

- **0800146-95.2023.8.14.0079** – TCO – Em que pese se trate de TCO, autor do fato não estava presente na audiência, **não foi realizada conciliação**, mas sim reconhecimento de conduta atípica, com declaração de extinção do processo sem julgamento do mérito e o consequente arquivamento do TCO;
- **0800056-92.2020.8.14.0079** – Ação de Alimentos – **Necessária a retificação da classe por se tratar de Ação de Investigação de Paternidade cumulada com alimentos** – quando da última audiência houve coleta de DNA. Da leitura dos termos de audiência, não há qualquer registro de conciliação neste processo, ocorre que o termo de audiência datado de 14.06.2023 foi cadastrado nos autos eletrônicos com o movimento equivocado “Homologada Transação” e também com o movimento de “Sentença”, sendo que até o momento o processo ainda não se encontra julgado.
- **0800246-50.2023.8.14.0079** – Cumprimento de Sentença (Alimentos). A audiência de Conciliação designada para 18.04.2024 não foi realizada, ausência do requerido.

OBS CGJ. II.: **RECOMENDA-SE** que toda equipe do Termo Judiciário de Bagre realize cursos com a temática de Tabelas Processuais Unificadas do CNJ, haja vista que **restou constatado das análises de processos por amostragem que estão sendo utilizadas classes, assuntos e movimentos incorretos**, o que afeta totalmente o controle, triagem e parametrização do acervo da vara, até mesmo para identificação de processos em Metas específicas como no caso das Metas 8, 10 e 11 no ano de 2024, e ainda, que processos que ainda se encontram em andamento, como é o caso dos autos nº 0800056-92.2020.8.14.0079, que nem mesmo está marcado como prioridade.

8.7. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

O Analista Judiciário Airton Filho realiza as audiências de conciliação, com grandes

êxitos na conciliação, pelo que não solicitam designação ao CEJUSC.

8.8. Foram identificados despachos/decisões com a data de audiência em branco? (Análise de 05 processos por amostragem).

Durante a inspeção o Diretor de Secretaria informou que há processos em que o Juiz deliberou para que a Secretaria designasse as audiências, mas não deixou claro se audiências de instrução ou de conciliação.

OBS. CGJ. **I**.: Em análise de 10 processos dos 22 que se encontram na tarefa "Aguardar realização de audiência", restou verificado no cumprimento de sentença nº **0004363-93.2018.8.14.0079 o registro de movimento no PJE de Audiência de Conciliação designada para 29.05.2024 às 9h, agendada por ato ordinatório em virtude da semana de conciliação.**

OBS. CGJ. II.: Existem processos que estão na tarefa "Aguardar realização de audiência" cuja data de realização da audiência de conciliação era para fevereiro de 2024.

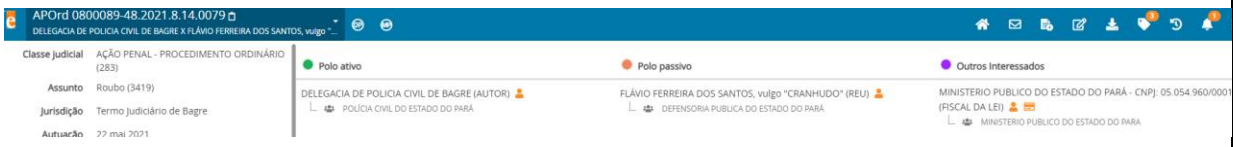
OBS. CGJ.**III**: A pauta de audiência de instrução, e nela contidas as datas e horários de realização, são atos privativos do juiz, pelo que, **em hipótese alguma as decisões judiciais de designação de audiência de instrução podem sair em branco do gabinete do juiz para serem preenchidas pela secretaria.**

8.9. Foram designadas audiências com período superior a seis meses entre a data do ato judicial de designação e a data marcada para realização?

Sim.

A equipe da CGJ realizou a consulta, por amostragem, aos processos abaixo listados:

0800089-48.2021.8.14.0079 – Ação Penal Ordinária – ROUBO. Decisão datada de 09.11.2023, com designação de audiência para de instrução para 05.12.2024 (mais de **12 meses entre a data da designação e a data a ser realizada a audiência**) num processo distribuído no ano de 2021.



Ademais, ao verificar os pólos da demanda criminal no sistema PJE, resta verificado que a unidade, quando do recebimento da denúncia não vem retificando os cadastros de modo que o Ministério Público conste Pólo Ativo (autor da demanda), mantendo neste pólo a autoridade policial, mesmo se tratando de AÇÃO PENAL. **Imprescindível que sejam retificados os cadastros nas Ações Penais de modo que o Ministério Público conste no Pólo Ativo da Ação Penal no sistema PJE.**

0800142-29.2021.8.14.0079 - Ação Penal Ordinária – Estupro de vulnerável Decisão datada de 16.11.2023, com designação de

audiência de instrução para 05.12.2024 (mais de **12 meses entre a data da designação e a data a ser realizada a audiência**) num processo distribuído no ano de 2021.

0002345-36.2017.8.14.0079 - Ação Penal Ordinária – Roubo Majorado – META 2

Decisão datada de 22.03.2024, com designação de audiência de instrução para 04.12.2024 (mais de **08 meses entre a data da designação e a data a ser realizada a audiência**) num processo META 2.

Ademais, ao verificar os pólos da demanda criminal no sistema PJE, resta verificado que a unidade, quando do recebimento da denúncia não vem retificando os cadastros de modo que mantém no pólo ativo (autor da ação) a autoridade policial, mesmo se tratando de AÇÃO PENAL. **Imprescindível que sejam retificados os cadastros nas Ações Penais de modo que a autoridade Policial pode passar a "interessados", mantendo o Ministério Público no Pólo Ativo.**

8.10. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

47 (Mês de Março, vide print de tela do Painel PIB).

8.11. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?

Não há criança em acolhimento com relação a processo desta unidade.

OBS CGJ I: Em consulta à planilha do acervo ativo da unidade, extraída do Painel de Gestão Judiciária, bem ao sistema PJE, **NÃO foram localizados processos de Medida Protetiva de Acolhimento em tramitação no Termo Judiciário de Bagre. Ressalta-se não haver serviço de acolhimento institucional em Bagre.**

OBS CGJ II.: Durante a Inspeção foi informado que nunca ocorreu, no período em que o Analista José da Trindade Borges está como Diretor de Secretaria, a necessidade de acolhimento de crianças.

8.12. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

Não.

OBS CGJ.: Em consulta ao sistema SNA, na data da Inspeção, não foram encontradas pendências a serem sanadas pelo Termo de Bagre.

8.13. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Nenhum.

OBS CGJ.: Em consulta ao acervo ativo da unidade por classe no Painel de Gestão Judiciária, constatou-se que não há processo de adoção em tramitação no Termo Judiciário de Bagre.

8.14. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

Nenhum.

OBS CGJ.: Em consulta ao acervo ativo da unidade por classe no Painel de Gestão Judiciária, constatou-se que não há processos de destituição do poder familiar em tramitação no Termo Judiciário de Bagre.

8.15. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

O Diretor de Secretaria informou que nunca houve na unidade processos que envolvesse necessidade de comunicação à CEJAI.

OBS CGJ.: Apesar de não haver processos de medida de protetiva de acolhimento em andamento na unidade judiciária, **a CGJ ORIENTA Juiz e equipe** que em caso de haver criança acolhida, **após esgotadas as buscas de pretendentes nos âmbitos municipal, estadual e nacional e antes de realizar a busca ativa no SNA**, **deve ser expedida comunicação à CEJAI para busca de pretendentes internacionais. Resolução 289 do CNJ** (ANEXO I - Art. 8º).

8.16. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

A equipe informou que nenhum adolescente está internado provisoriamente, consignando que apenas 01 adolescente foi internado provisoriamente decorrente de

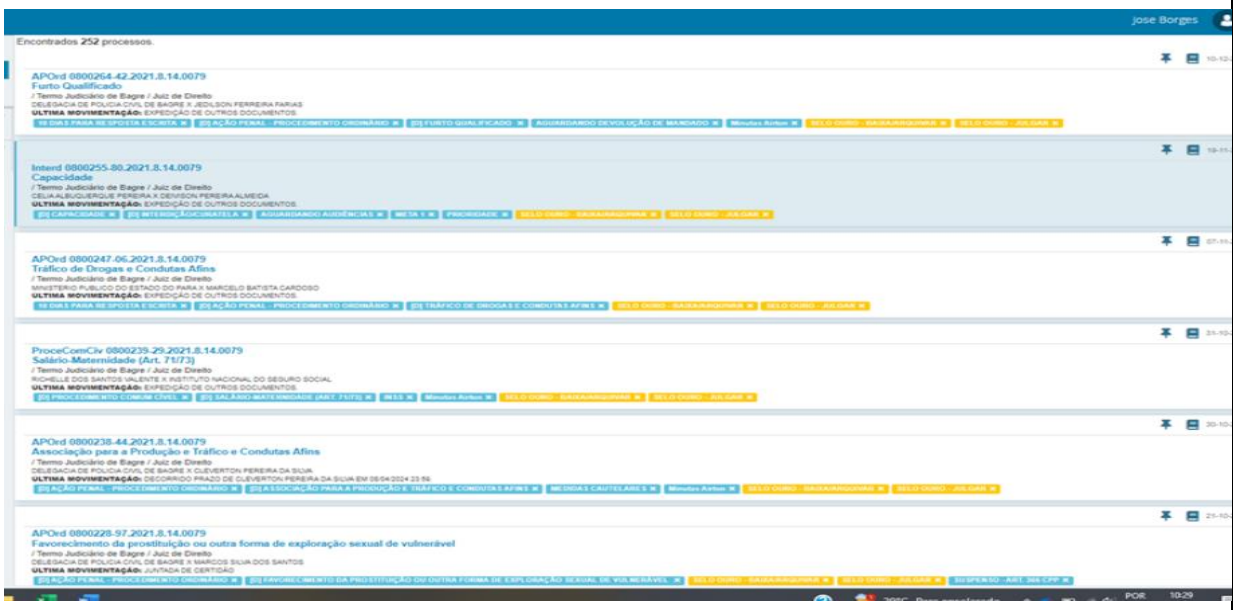
processo de ato infracional que tramitou nesta unidade (processo nº 0800011-54.2021.8.14.0079 – arquivado definitivamente em 01.12.2022), portanto, à época, o controle foi realizado apenas por etiqueta.

OBS CGJ: Na data da Inspeção, não havia adolescentes internados provisoriamente.

8.17. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?

Pela extensão do PJE R+ possui uma funcionalidade que apresenta o dia do último movimento do processo e também utilizam a lista do Painel de Gestão Judiciária.

OBS. CGJ: A Unidade conseguiu etiquetar os processos "PAPJ" (distribuídos até 31.12.2021) utilizando a ferramenta do PJe + R.



8.18. Indicar as datas marcadas para projeto de conciliação da própria unidade judicial, independente das Semanas Estadual e Nacional de Conciliação.

OBS CGJ: A equipe informou que, uma vez ao mês, às terças e sextas-feiras realiza conciliação.

8.19. Informar critérios utilizados para a seleção de processos para conciliação e mediação.

O critério informado pela equipe é a seleção de processos de maior probabilidade de composição (a partir do que observado na realidade local), tais quais:

- Ação alimentos;
- Divórcio;
- Ação de cobrança.

CRIMINAL:

9. ROTINA CRIMINAL

9.1. Sobre o fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

a. (X) Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
b. (X) Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
c. (X) Movimentação processual;
d. (X)Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
e. (X)Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe:
f. (X) controle dos prazos e imediata certificação;
h. (X) Retificação de autuação no sistema PJE após recebimento da denúncia
i. (X) Registro dos dados de prisão e soltura dos(as) réus(rés) e atualização das informações constantes da aba "*Informações Criminais*"

OBS. CGJ: A Juiz da 1ª Vara de Breves reponde pelo Termo Judiciário de Bagre. Não há lotação de assessor no Termo Judiciário de Bagre. No gabinete tem um Analista que é responsável pela parte cível e o Assessor da 1ª Vara de Breves ajuda a minutar os processos criminais**.**

9.2. Há fluxo de trabalho para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo? *(Diretriz Estratégica n. 4 – Desenvolver e regulamentar fluxos de trabalho, pelos juízos criminais, para o recebimento de informações sobre a instauração de qualquer investigação criminal, inquérito policial ou procedimento de investigação criminal no Ministério Público, no prazo previsto no Código de Processo Penal, comunicando-se à Corregedoria local)*

Em regra, neste momento, o acompanhamento dos procedimentos realizado pela distribuição no Pje, e pelos agrupadores.

OBS. CGJ.I: Verificou-se que não é estabelecido fluxo processual para controle de instauração de procedimentos diretamente pelo Ministério Público, mas o Diretor de Secretaria ressaltou que nunca houve procedimentos dessa natureza.

OBS. CGJ. II:
II.1. Todos os dias, o assessor faz a triagem do que é urgente, e com ajuizamento recente para efetuar a elaboração de minuta.
II.2. Mesmo o Magistrado estando em Breves, o Pje é aberto diariamente para que sejam despachados os expedientes.
II.3. O Magistrado se desloca uma semana no mês para o município de Bagre. E concentra a pauta de audiências nessa semana, sendo terças e sextas-feiras para audiências cíveis e quartas e quintas-feiras audiências criminais.

II.4. O Magistrado informou que está tentando regularizar a instrução dos processos de réus soltos.

ANEXO IV– PAUTA DE AUDIÊNCIA de janeiro a Maio de 2024.

9.3. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta "Balcão Virtual"? *(Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)*

Verificou-se que os atendimentos, tanto da forma presencial quanto por WhatsApp, são realizados pelo Diretor de Secretaria e estagiária. Os atendimentos pelo balcão virtual são realizados pelo servidor Marcelo Fernandes, que está em teletrabalho.

9.4. Quantos processos envolvendo presos(as) provisórios(as) se encontram tramitando na Unidade? De que forma são sinalizados e controlados todos os processos nos quais há ré(u) presa(o) provisória(o)? (*Deve a Unidade anexar relatório e/ou controle em arquivo word ou excel contendo todos os processos que envolvam réus presos provisórios, com informação da data da prisão, número do processo e última movimentação)*

11 Réus Presos Provisórios. É marcada a prioridade no PJE, a etiqueta favoritada e planilha de controle.

ANEXO V – PLANILHA DE CONTROLE DE PRESOS PROVISÓRIOS

9.5. Por amostragem, verificar se há processos envolvendo presos(as) provisórios(as) tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias. *(Resolução n. 66/2009-CNJ - Cria mecanismo de controle estatístico e disciplina o acompanhamento, pelos juízes e Tribunais, dos procedimentos relacionados à decretação e ao controle dos casos de prisão).* **É realizada a revisão da manutenção de prisão cautelar da(o)s ré(u)s presa(o)s provisória(o)s a cada 90 (noventa) dias?** (*artigo 316, parágrafo único do Código de Processo Penal)*

Sim. O Juízo realiza a revisão da manutenção das prisões preventivas a cada 90 dias.

OBS CGJ.: Conforme **lista de presos provisórios** (**ANEXO V**) fornecida no dia da inspeção, **não constava nenhum processo tramitando há mais de 180 (cento e oitenta) dias**, sendo a prisão mais antiga do dia 23/01/2024.

9.6. Qual a média de tramitação dos processos envolvendo ré(u)s presa(o)s provisória(o)s entre a data da prisão e o julgamento? *(Diretriz Estratégica n. 13/2023 do Conselho Nacional de Justiça – Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, relatório analítico dos processos de presos provisórios pendentes de julgamento, apontando o tempo médio de tramitação, bem como daqueles julgados no 1° semestre de 2022, apontando o tempo médio entra a data da prisão e o julgamento)*

A equipe da unidade pontuou que, em regra, procura-se julgar dentro do prazo de 180 dias, mas algumas variáveis podem influenciar nesse prazo, tais como o prazo em dobro para Defensoria Pública, dificuldade de localização de testemunhas, considerando as peculiaridades dos logradouros do município de Bagre e ainda a

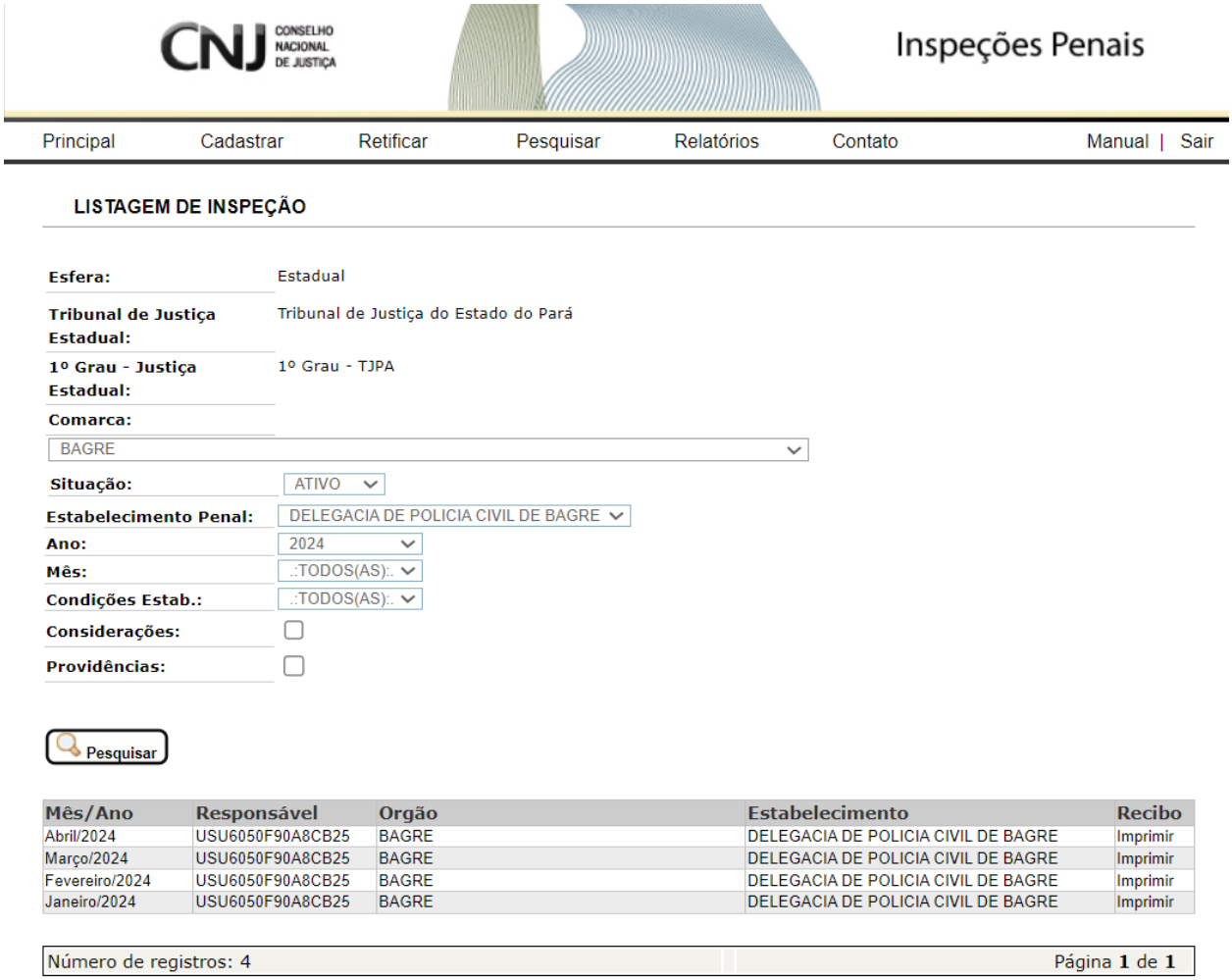
cumulação de pauta com a 1ª Vara da Comarca de Breves.

OBS CGJ. I.: Não há controle informatizado para medir o tempo médio de tramitação de processos.

OBS CGJ. II.: O Termo Judiciário de Bagre ainda tem relação com a 1ª Vara de Breves pelo que a equipe do Termo Judiciário de Breves, coordenada pelo Juiz da 1ª Vara de Breves e do Termo Judiciário, deve **implementar de imediato no controle de Presos Provisórios, a semelhança do da 1ª Vara de Breves, coluna específica com o número total de dias que a pessoa esteja presa.**

9.7. Quais são os estabelecimentos penais sob responsabilidade do Juízo? O(A) Magistrado (a) tem realizado inspeções mensais e inserido o respectivo relatório sobre as condições do estabelecimento no Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais – CNIEP? *(Anexar cópia do último relatório)*

Delegacia de Polícia Civil de Bagre, as inspeções têm sido realizadas mensalmente e cadastradas no CNIEP.



Mês/Ano	Responsável	Orgão	Estabelecimento	Recibo
Abril/2024	USU6050F90A8CB25	BAGRE	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BAGRE	Imprimir
Março/2024	USU6050F90A8CB25	BAGRE	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BAGRE	Imprimir
Fevereiro/2024	USU6050F90A8CB25	BAGRE	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BAGRE	Imprimir
Janeiro/2024	USU6050F90A8CB25	BAGRE	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BAGRE	Imprimir

Número de registros: 4 Página **1** de **1**

10. DO BANCO NACIONAL DE MEDIDAS PENAIS E PRISÕES – BNMP:

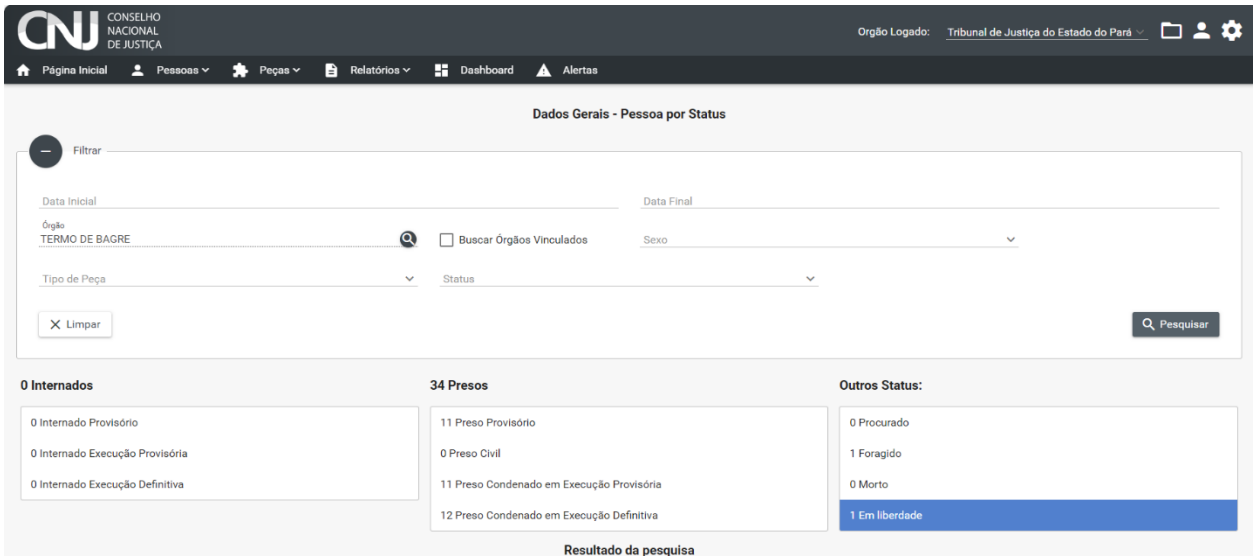
10.1. De que forma Unidade alimenta e controla os dados registrados no BNMP nos

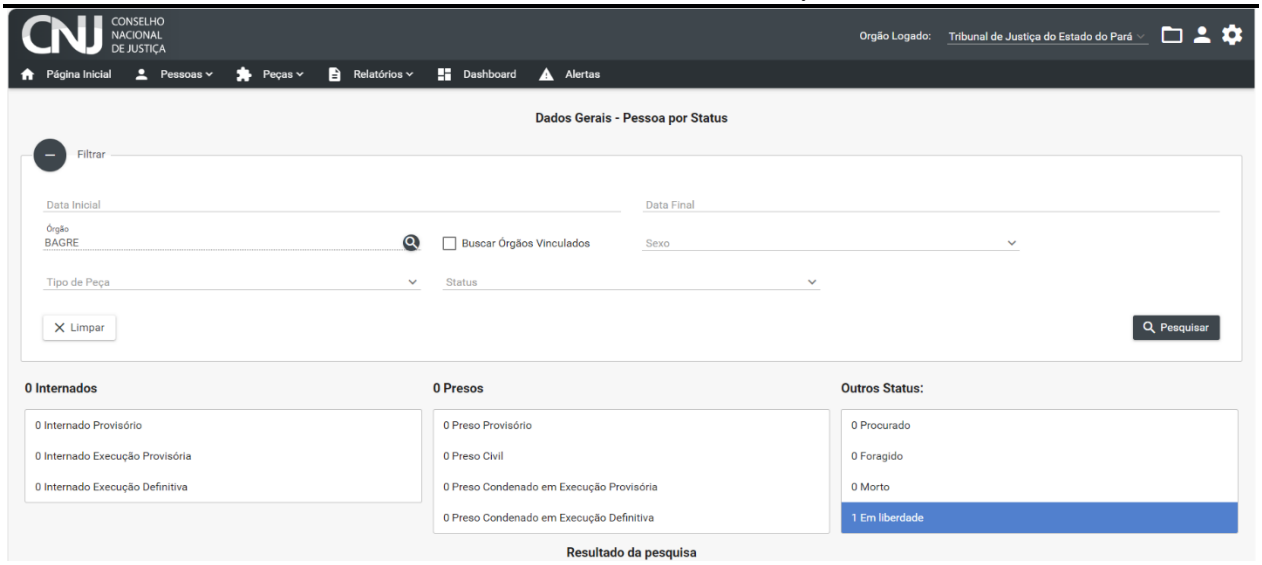
termos da Resolução n. 417/2021 do Conselho Nacional de Justiça? A Unidade observa e realiza diligente e eficiente verificação do sistema para sanar eventuais inconsistências de informações e cadastros de mandado de prisão e alvará de soltura da(o)s ré(u)s, inclusive com verificação se a(o) ré(u) possui RJI (Registro Judicial Individual)? – (*Resolução n. 417/2021-CNJ - Institui e regulamenta o Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0) e dá outras providências).*

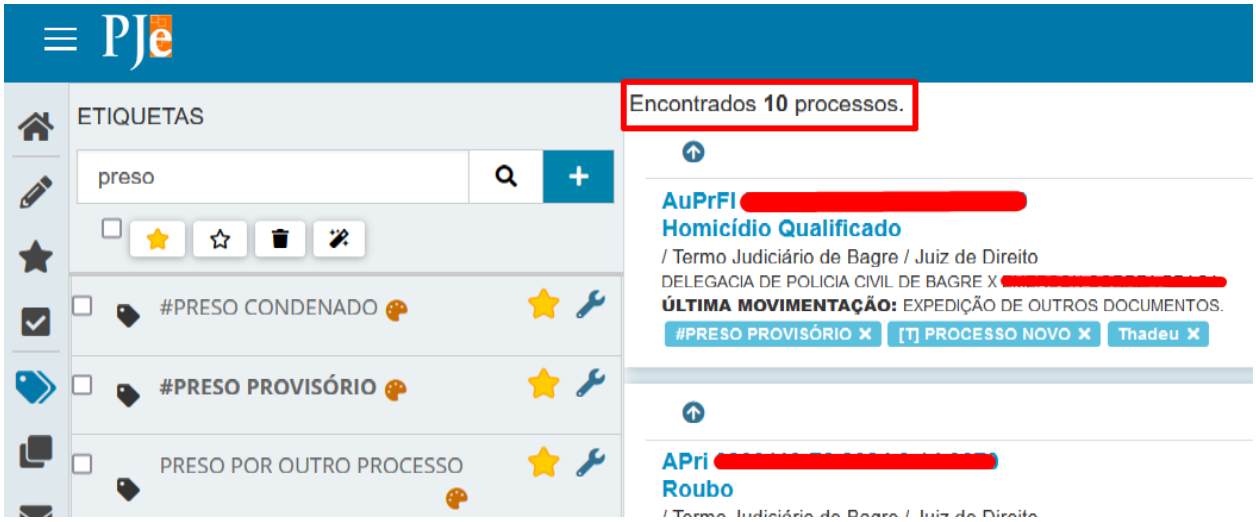
Sim.

OBS CGJ.: Verificou-se que tanto o controle manual do Termo e os sistemas BNMP e PJE estão refletindo a realidade de presos provisórios da Unidade, conforme print. Não há na Unidade preso civil.

QTDE	NÚMERO DO PROCESSO	NOME DO(A) PRESO(A) PREVENTIVAMENTE	ÚLTIMA (RE)AVALIAÇÃO DA PRISÃO	PRAZO REAVALIAÇÃO 90	PRÓX. DATA DE REAVALIAÇÃO	SITUAÇÃO DA PRISÃO	DATA DA PRISÃO	PRESO DIAS	PRESO ANOS	ULTIMO MOVIMENTO	TIPIFICAÇÃO
1	0800449-12.2023.8.14.0079	ELIAN DO NASCIMENTO SILVA	12/04/2024	90	11/07/2024	Dentro da Validade	05/10/2023	196	0,54	AG. AIJ 23/05/24	ART. 217-A
#REF!	0800346-05.2023.8.14.0079	DENILSON LOPES BATISTA	12/04/2024	90	11/07/2024	Dentro da Validade	04/09/2023	227	0,62	AG. AIJ 25/04/24	Artigo 33 da Lei 11.343
#REF!	0800131-29.2023.8.14.0079	MAXWEL DOS SANTOS LIARTE (PRONUNCIADO)	23/01/2024	90	22/04/2024	Dentro da Validade	02/05/2023	352	0,96	VISTAS AO RMP	t. 121, § 2°, II e IV do CP
#REF!	0800037-47.2024.8.14.0079	MARCLEY SOUZA PANTOJA	20/02/2024	90	20/05/2024	Dentro da Validade	20/02/2024	58	0,16	AG. AIJ 22/05/2023	ART. 129, §1º, II DO CP
#REF!	0800065-15.2024.8.14.0079	JARDEL VALENTE PUREZA	24/02/2024	90	24/05/2024	Dentro da Validade	23/02/2024	55	0,15	[illegible]	Art. 33 da Lei 11.343
#REF!	0800032-25.2024.8.14.0079	DAMARES RODRIGUES DE MORAES	04/02/2024	90	04/05/2024	Dentro da Validade	03/02/2024	75	0,21	AG. DEFESA PREL	Art. 33 da Lei 11.343
#REF!	024.8.14.0079 e 0800505-45.2(	BENILSON DOS SANTOS AMARAL	05/04/2024	90	04/07/2024	Dentro da Validade	06/01/2024	103	0,28	AG. RESP A ACUSAÇÃO	1, §2º, II c/c Art. 14, II, do (
#REF!	0800052-16.2024.8.14.0079	MATIAS LACERDA DOS SANTOS	17/02/2024	90	17/05/2024	Dentro da Validade	17/02/2024	61	0,17	AG. RESP A ACUSAÇÃO	t. 121, § 2º, II e IV do CP
#REF!	0800052-16.2024.8.14.0079	DEIDISON ALBUQUERQUE CAVALCANTE	17/02/2024	90	17/05/2024	Dentro da Validade	17/02/2024	61	0,17	AG. RESP A ACUSAÇÃO	t. 121, § 2º, II e IV do CP
#REF!	0800052-16.2024.8.14.0079	ALESSANDRO SANTOS DE SOUSA	17/02/2024	90	17/05/2024	Dentro da Validade	17/02/2024	61	0,17	AG. RESP A ACUSAÇÃO	t. 121, § 2º, II e IV do CP
	0800150-98.2024.8.14.0079	EMERSON CORREA BRAGA	17/04/2024	90	16/07/2024	Dentro da Validade	17/04/2024	1	0,00	APF	ART. 121, §2º, IV



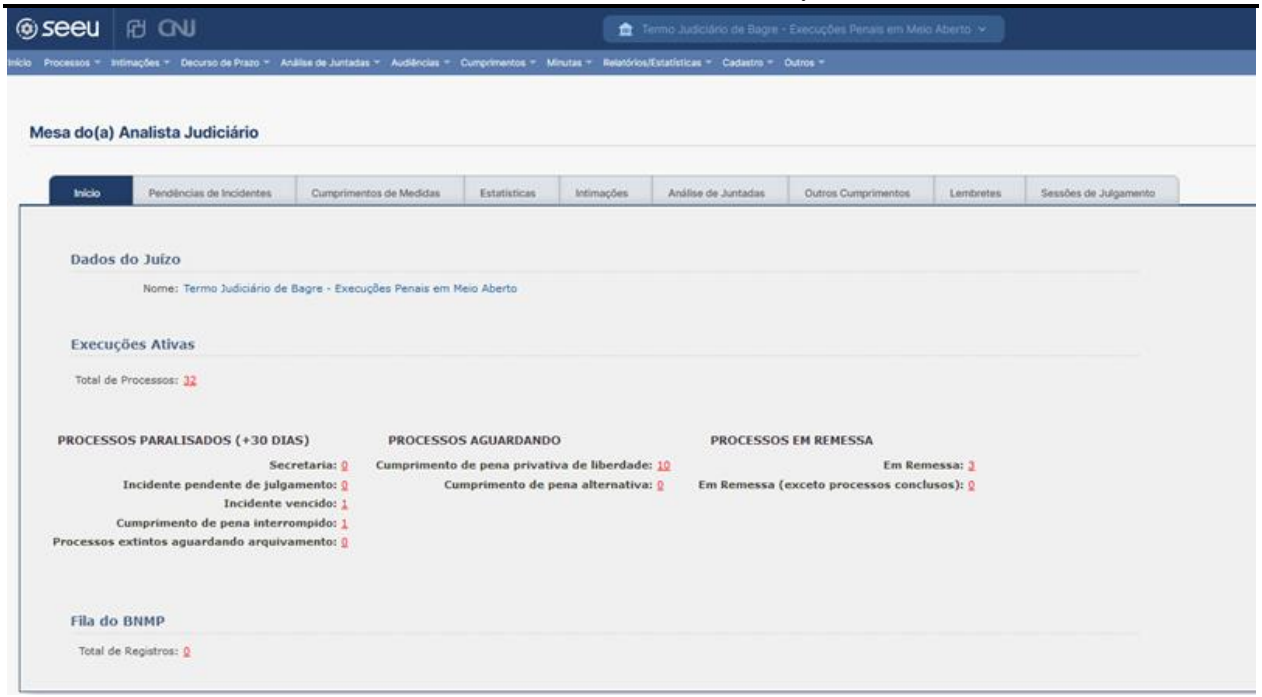




10.2. Considerando a Resolução n. 113/2010 do CNJ, há expedição da guia de recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias nos processos em que proferida sentença condenatória? *(Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)*

Sim.

OBS. CGJ.I: O Diretor de Secretaria informou que a Unidade somente executa penas em regime aberto. Pelo sistema SEEU, verificou que há 32 execuções ativas.
Embora não executem regime fechado, a Unidade deve expedir as guias de execução no prazo de cinco dias para que o apenado inicie o cumprimento da pena.



10.3. O cumprimento dos alvarás de soltura ou do mandado de desinternação observa o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas previsto no artigo 6° da Resolução n. 417/2021-CNJ?

Sim.

10.4. Ao expedir o alvará de soltura ou mandado de desinternação, a Unidade realiza consulta ao sistema nacional ou de informação criminal se o(a) acusado(a) foi preso(a) em flagrante por outro delito ou se há em seu desfavor mandados de prisão por outro crime? Qual o tempo médio para verificação?

Em regra, as consultas são realizadas no BNMP quando da expedição do alvará, demais pesquisas são realizadas pela SEAP quando do cumprimento do alvará.

10.5. Constatada a falta de cumprimento do alvará de soltura, na forma e prazo legal, o(a) juiz(íza) comunica a irregularidade à Corregedoria-Geral de Justiça ou a do Juízo deprecado, bem como ao Ministério Público?

Não se identificou essa hipótese na unidade, até este momento.

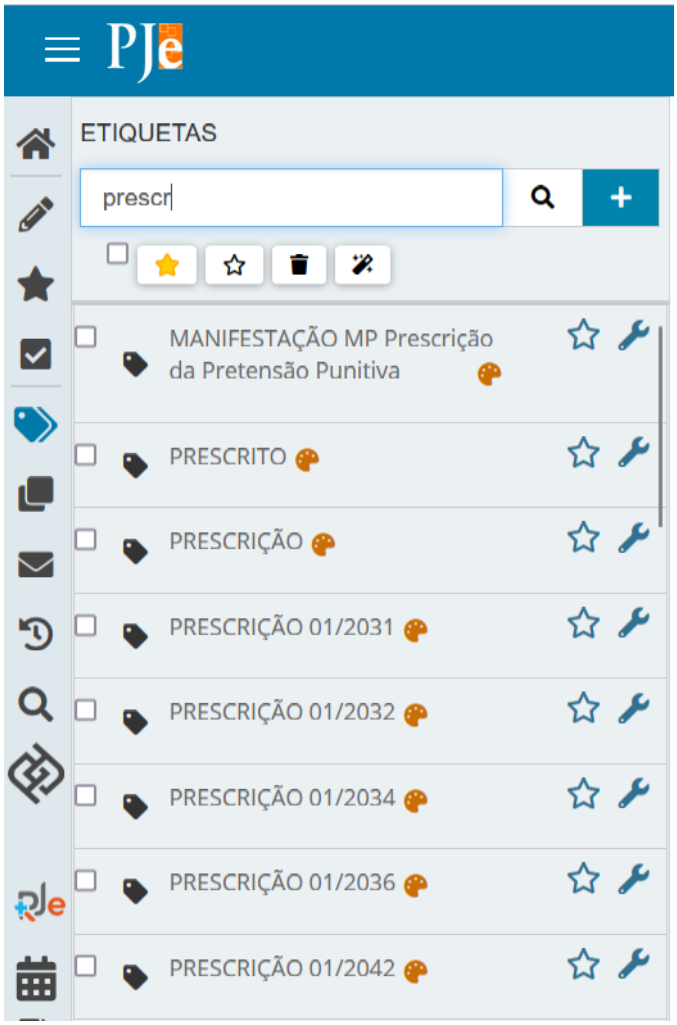
11. DO CONTROLE DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS:

11.1. Qual a data da última verificação do prazo prescricional dos processos em tramitação na Unidade de forma a observar a Resolução n. 112/2010-CNJ? *(Resolução 112/2010-CNJ- institui mecanismo para controle dos prazos de prescrição nos tribunais e juízos dotados de competência criminal)*

Etiqueta com o mês e o ano da possível prescrição, para que seja verificado em todas as ocasiões que se atuar no processo.

OBS CGJ.: Verificou-se que a Unidade adota padrões de etiquetas para controle de prescrição, tal como cima descrita e constante do *print* extraído do sistema PJE (perfil do Termo Judiciário de Bagre). A Corregedoria recomenda que esse controle de

etiquetas seja ANO/MÊS, para se evitar a extinção da punibilidade pela prescrição em todos os processos em trâmite na Unidade.



11.2. Qual a data da última verificação dos processos que se encontram suspensos com fundamento no artigo 366 do Código de Processo Penal para cumprimento do procedimento determinado pelo Provimento n. 15/2009-CJRMB? *(Provimento n. 15/2009-CJRMB – dispõe acerca dos procedimentos a serem adotados pelas Varas Criminais nos casos de processos suspensos com base no artigo 366 do Código de Processo Penal)*

A equipe da CGJ realizou verificação, por amostragem, nos seguintes processos:

- 0000801-52.2013.8.14.0079 - Suspensão em 11/10/2023. Certidão de 10/4/2024 informando que o réu não faz parte da população carcerária.
- 00027255920178140079 - Suspensão em 9/11/2023. Certidão de 12/4/2024 informando que o réu não faz parte da população carcerária.
- 00002015520188140079 - Suspensão em 6/3/2024.

OBS CGJ.: Em análise por amostragem dos processos suspensos acima, constatou-

se que a pesquisa é feita regularmente, mas somente em relação à população carcerária, ou seja, se o réu, cujo processo esteja suspenso no Termo Judiciário de Bagre, por não ter sido localizado até determinada data, faz parte da população carcerária do Estado do Pará (estando preso por outro processo).

RECOMENDA-SE que os servidores da secretaria do Termo Judiciário de Bagre não estejam limitados na pesquisa a apenas uma base de dados, podendo o JUIZ DETERMINAR remessa ao MP para pesquisa nos sistemas utilizados por aquele órgão (a exemplo de Justiça Eleitoral, INFOSEG e OUTROS).

12. EXECUÇÃO PENAL:

*(O questionário do item execução penal deve ser preenchido quando se tratar de Unidade judicial **com competência privativa**)*

12.1. Dados estatísticos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado- SEEU:
Data do preenchimento dos dados: 18/ Abril /2024

PERFIL NO SEEU	Regime fechado e semiaberto	Regime aberto e Medidas Alternativas
Total de Execuções Ativas:		32
Intimações pendentes na Secretaria – COM URGÊNCIA		1
Análise de juntadas - Juntadas para realizar com URGÊNCIA		**0**
Análise de juntadas – Retorno de conclusão com URGÊNCIA		**1**
Análise de juntada – processos aguardando recebimento no Distribuidor		**0**
Processos com pendência de implantação*		**2**
Processos com inconsistências*		
Total de processos conclusos		**6**
Total de processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.		**2**

12.2 Quantos são os(as) apenados(as) em regime fechado, semiaberto e aberto sob jurisdição da Vara?

OBS CGJ.: A Unidade executa apenas o regime aberto.

12.3. Por amostragem, selecione 3 nomes relacionados na lista de presos, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de recolhimento

OBS CGJ.: Observação da Corregedoria: A Unidade executa apenas o regime aberto. O controle é feito no PJE com etiqueta “Preso condenado”. Em análise por amostragem dos seguintes processos, verificou-se que em todos eles houve expedição de guia de recolhimento no BNMP.

0800075-93.2023.8.14.0079
0800289-21.2022.8.14.0079
0800288-36.2022.8.14.0079

12.4. Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de pessoas sob medida de segurança, verificando a regularidade com relação a expedição de guia de internamento ou de tratamento ambulatorial

OBS CGJ.: Não há na Unidade pessoas nessa condição.

12.5 Por amostragem, selecione 1 nome relacionado na lista de presos e verifique com relação a regularidade de emissão de atestado de pena a cumprir observa os prazos previstos no artigo 12 da Resolução n. 113/2010-CNJ? *(Dispõe sobre o procedimento relativo à execução de pena privativa de liberdade e de medida de segurança e dá outras providências)*

OBS CGJ.: A Unidade não executa penas em regime fechado.

13. DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS:

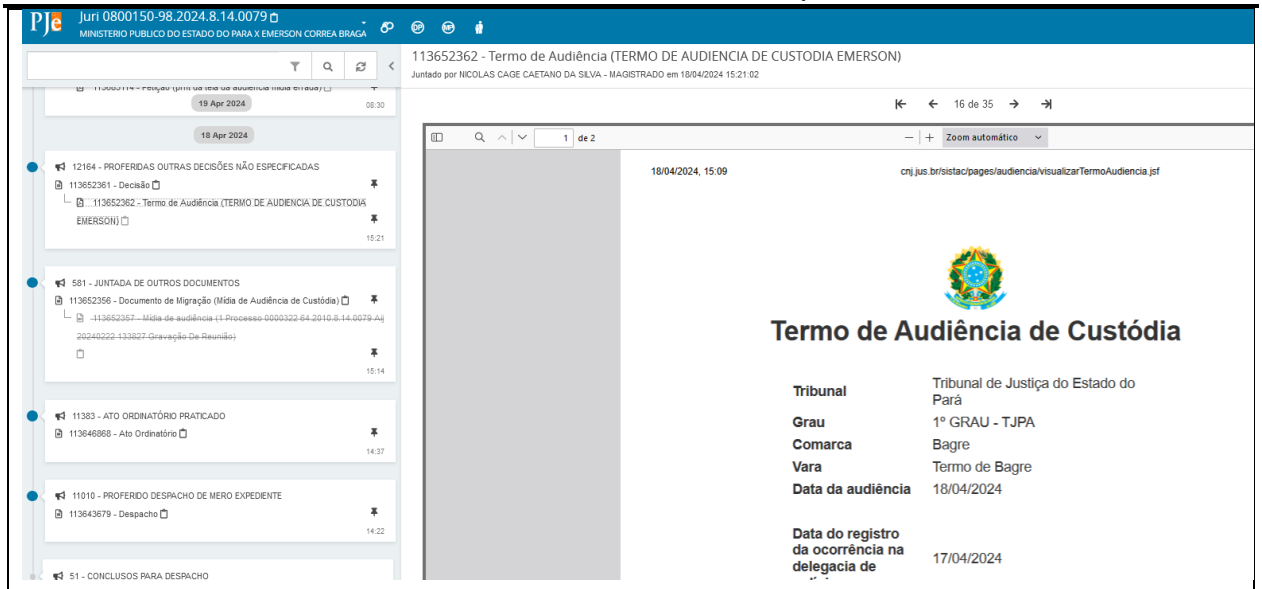
13.1. Quanto às audiências de custódia, é observado o prazo para sua realização determinado pela Resolução n. 2013/2015-CNJ, de 15/12/2015 e do Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB? *(Resolução n. 2013/2015-CNJ – Dispõe sobre a apresentação de toda pessoa presa à autoridade judicial no prazo de 24 horas. Provimento Conjunto n. 01/2016-GP/CJCI/CJRMB – regulamenta a audiência de custódia no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará)*

A pauta de audiências da 1ª Vara Cível e Criminal da Comarca de Breves e do Termo Judiciário de Bagre possuem vários processos com tramitação prioritária – sendo as respectivas solenidades judiciais presididas pelo mesmo magistrado. Ademais, o município de Bagre localiza-se a mais de 40 km (quarenta quilômetros) de distância de Breves, tendo como único meio de acesso a via fluvial, cujo transporte é precário nos quesitos dia, hora e tempo de viagem, conjuntura que torna inviável a realização da aludida audiência no prazo legalmente estabelecido. Contudo, o magistrado verifica registro fotográfico do rosto e corpo inteiro do (s) autuado (s) e pelo laudo de exame de corpo de delito, a fim de documentar eventuais indícios ou maus tratos conforme art. 8º, inciso II, da Recomendação nº 62, do CNJ.

13.2. Qual a data em que foi realizada a última audiência de custódia?

OBS CGJ. I.: O Juiz Nicolas Cage informou que não realiza audiência de custódia em Bagre pelo fato da Polícia Civil ter informado que não tem efetivo para apresentar os presos, nem câmera para realizar por meio de videoconferência.

OBS. CGJ. II.: Diante da imprescindibilidade de realização da audiência de custódia, foi ORIENTADO AO JUIZ que realize audiência de custódia, inclusive nos autos 0800150-98.2024.8.14.0079 - APF homicídio Bagre, foi realizada a audiência de custódia após a orientação.



OBS. CGJ.III.: RECOMENDA-SE à Unidade que providencie o integral cumprimento do que determina a Resolução n. 306/2019-CNJ, no que se refere à identificação civil das pessoas privadas de liberdade, preferencialmente durante a audiência de custódia, utilizando-se dos kits de identificação biométrica disponibilizados às Comarcas e das orientações do treinamento realizado pela Secretaria de Informática do TJPA, em parceria com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema de Carcerário - GMF/PA.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO MARAJÓ OCIDENTAL
DELEGACIA DE BAGRE

OFÍCIO

Ofício nº 029/**2024-DPB**

Bagre, 24 de Fevereiro de 2024.

Exmº. Srº.
JUIZ DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE

Levo ao conhecimento de V. Exa., que foi preso e autuado em flagrante delito o nacional, **JARDEL VALENTE PUREZA, vulgo "JECA"**, solteiro, lavrador, natural de Bagre-PA, nascido em 08/03/1996, ensino fundamental incompleto, RG. Nº 7483225 SSP/PA, filho de Marcia Suely Correa Valente e de Edejalma da Silva Pureza, residente na Ponte da Bitolandia s/nº, Igarapé, Bagre/PA.., já qualificado nos autos, em virtude de ter infringido o que dispõe os **Artigo 33 da Lei 1.343/2006**, em que figura como vítima: **O ESTADO, CONDUTOR, HÉLIO DOS SANTOS MELO e TESTEMUNHA, GEORGE LUKAS LIMA SANTANA**. Outrossim segue anexo cópia do Auto de Prisão em Flagrante Delito, Nota de Ciência, Nota de Culpa do acusado e demais peças.

Por oportuno, requeiro que, uma vez homologada a prisão, que seja decretada sua **PRISÃO PREVENTIVA,** nos termos do Art. 311 e 312 do CPP, para não gerar no mesmo e na própria sociedade a sensação de impunidade, dada a prática reiterada do delito, garantindo-se, assim, a ordem pública e ainda por conveniência da instrução e para assegurar a aplicação da lei penal.

Informamos ainda, a impossibilidade da realização da audiência de custódia por ausência do defensor público. Esta Delegacia não dispõe de equipamentos de videoconferência de tal ato. Além disso, a Unidade Policial tem apenas uma cela e pouco efetivo policial.

Respeitosamente,

ESLI PEREIRA GOMES JÚNIOR
Delegado de Polícia Civil
DEPOL BAGRE - PA

Trav 25 de Março, s/n, Bagre/PA.

13.3. Perfil da pauta:

a) Quantas audiências estão pautadas para o mês seguinte à inspeção?

26 (vinte seis) até o momento. Porém, serão marcadas mais audiências em razão da semana da conciliação.

Observação da CGJ: Pauta encaminhada de janeiro a maio/2024.

b) Para qual data está designada audiência mais distante de pessoa que se encontra presa?

23/05/2024, processo nº 0800449-12.2023.814.0079.

14. VARA COM COMPETÊNCIA DE TRIBUNAL DO JÚRI:

14.1. Quantas sessões do Tribunal do Júri foram designadas nos últimos 03 (três) meses?

Em razão da ausência de estrutura no Termo e no Município de Bagre, o Juízo tem realizado pedido de desaforamento para Comarca de Breves, os quais têm sido acolhidos pelo TJPA. **OBS CGJ.:** Os processos acabam sendo desaforados para a 2ª Vara da Comarca de Breves.

14.2. Quantas sessões foram realizadas e quantas foram redesignadas?

Prejudicado, conforme item 14.1.

14.3. Quantos processos aguardam designação de Tribunal do Júri? Listar processos nesta situação.

Prejudicado, conforme item 14.1.

15. CORREIÇÃO ANUAL:

15.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial, com a respectiva numeração no sistema PjeCor.

08/02/2024. Correição Ordinária nº 0000593-02.2024.2.00.0814.

15.2. Existem registros de recomendações/determinações da Corregedoria-Geral de Justiça na correição ordinária anterior? Quais ainda não foram atendidas?

16. OBSERVAÇÕES:

16.1. VEÍCULOS DISPONÍVEIS NO TERMO JUDICIÁRIO Registre-se que para cumprimento das diligências há uma motocicleta Honda Bros do Tribunal de Justiça**.** **Recomenda-se que o servidor que utiliza a motocicleta tenha habilitação para dirigir esse veículo.** **16.2. OFICIAL DE JUSTIÇA DA COMARCA DE BREVES**

O servidor WILKER RAMON SALOMÃO FERNANDES, Oficial de Justiça, informou que o município de Bagre abarca várias comunidades da zona rural e que é necessário disponibilidade de barco ou lancha para cumprir as diligências nas ilhas do entorno, sendo muitas das vezes preciso dormir em algumas dessas localidades.

Fez referência que no município de Bagre as casas não possuem numeração e que os mandados são cumpridos pelos nomes e apelidos das pessoas, haja vista que todos se conhecem nas comunidades. Relatou receber auxílio das lideranças comunitárias e catraieiros para localizar as partes a serem intimadas a maioria das vilas e comunidades não possui internet, especificou que, por vezes, faz carta convite e pede que as lideranças comunitárias e catraieiros entreguem às partes para que se apresentem no fórum. Informou ainda que nas demandas de violência doméstica, o cumprimento das medidas protetivas é realizado com apoio da Polícia Militar.

16.3. ADEQUADA CLASSIFICAÇÃO / INDICAÇÃO DE ASSUNTOS NA TPU DO CNJ, QUANDO SE TRATAR DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Nos processos criminais em que sejam vítimas crianças e adolescentes **devem ser utilizados dois assuntos**: o primeiro assunto relativo ao tipo penal e o segundo, em complemento, “crime/contravenção contra criança/adolescente” (Código 10950), como forma de melhor identificar os feitos desta natureza. E ainda, quando se tratar de tipos penais da Lei 8069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o processo será cadastrado somente com o assunto “Crimes Previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente” (Código 3637).

16.4. REALIZAÇÃO DE REUNIÃO COM O CONSELHO TUTELAR DE BAGRE

Em 18/04/2024 (período de realização da inspeção correicional no Termo Judiciário de Bagre) foi realizada reunião presencial entre a Juíza Silvia Mara Bentes de Souza Costa, Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça com quatro Conselheiros Tutelares do Município de Bagre, durante a qual foram feitos os seguintes registros:

- Dificuldade de reunião com a Rede da Infância e Juventude no Município de Bagre;
- Desconhecimento das delimitações de competências dos órgãos que compõem a rede de proteção;
- Relataram muitos casos de abusos sexuais graves, sobretudo na zona rural, ressaltando que a grande maioria dos casos não há sequer responsabilização dos agressores pois a rede de garantia não é articulada;
- O conselho tutelar não tem meio de transporte (barco ou lancha) para fazer as visitas na casa das vítimas de violência, o que inviabiliza o trabalho dos conselheiros;
- Solicitam transporte à secretaria de assistência social, porém é necessário aguardar de 1 a 3 meses para conseguir o transporte;
- Muitas vezes levam as vítimas à delegacia para prestar queixa e a policia judiciária também não possui transporte para notificar os acusados a comparecerem ou para efetuar as apreensões;
- Foi debatido o papel orientativo do Conselho Tutelar como forma de prevenção à violência física, psicológica e sexual das crianças e adolescentes, visitando

escolas e dando palestras para as famílias, porém os conselheiros disseram não conseguir realizar essas demandas por conta da disponibilidade de transporte. A maioria dos casos de violência à criança e ao adolescente se concentram na Zona Rural e não têm como ter acesso sem lancha ou barco;

- A principal dificuldade é a zona rural – falta de acesso – secretaria municipal não fornece transporte;
- Relataram muitas crianças fora da escola – dificuldades para conseguir vaga;
- Relataram que muitos pais/mães não tem conhecimento de que é crime entregar as filhas (crianças e adolescentes) para viver com homens mais velhos – o fazem por uma questão de sobrevivência e costume da região;
- Porém, em relação aos casos de crimes sexuais enfatizaram que a recorrência se dá em razão da grande impunidade, pois como a maior parte dos casos são na zona rural, muitas vezes não há nem denúncia, visto que a vítima não dá parte na delegacia, ou quando dá, não são adotadas as providências por falta de acesso, acaba gerando uma cultura de impunidade;
- Não tem comissariado da infância e juventude;
- Foi relatado ainda que os pais levam as crianças às festas e bares, onde convivem madrugada afora com os adultos sem vigilância dos pais e muitos abusos acontecem nessas ocasiões, mas as festas acontecem nos barracões da zona rural e não tem fiscalização alguma (mais uma vez envolve a questão do transporte);
- Muitas crianças e adolescentes usando drogas em festas clandestinas;
- Dificuldade para fazer busca ativa das crianças fora da escola em decorrência do acesso difícil à zona rural;
- Os pais tiram os filhos da escola para trabalhar e complementar a renda da família trabalhando como peconheiros (quem apanha açaí), com conseguintes evasões escolares;
- Os pais tem desconhecimento das leis de proteção à infância e não sabem que é errado tirar os filhos da escola;
- Casos relatados: a) uma criança de 11 anos de idade com 2 filhos – vive com a mãe num bairro pobre passando necessidade – o pai de um dos filhos é o irmão – pais são separados. A criança morava com a mãe na zona rural quando sofreu o primeiro abuso, depois foi morar com o pai e deixou o filho (bebê) com a mãe. Depois o pai perdeu o controle da filha que acabou engravidando novamente do filho da madrasta. Não foi acolhida pois tinha família extensa. Família desestruturada. A criança foi registrada pelo abusador.; b) Adolescente de 16 anos com deficiência física e mental abusada e engravidou duas vezes – os abusadores não foram presos – foram feitos dois abortos na santa casa pois ela não tem condições de parir (não souberam informar se há inquérito policial e/ou se há processo criminal tramitando); c) no dia 18/04/2024, os conselheiros informaram que chegou uma mãe no conselho tutelar para denunciar um pai que abusou das duas filhas de 8 e 10 anos. Porém, não tinha lancha para fazer diligência na Polícia;
- Informaram que a Polícia Militar e Civil não tem lancha para fazer as diligências, mas dão todo suporte, possível, quando são demandados (no caso de precisar acompanhar);
- Há apenas um psicólogo para atender o município de Bagre;
- Peculiaridades do marajó – acesso por rios (barcos e lanchas);

- Conselheiros não conseguem participar de encontros dos conselhos tutelares e com a rede de proteção da infância e juventude.

RESSALTA-SE, que diante do apurado pela Corregedoria, o magistrado Nicolas Cage Caetano da Silva, convocou reunião com a rede de proteção à infância e juventude, realizada no dia 24 de abril de 2024, nas dependências do Fórum do Termo Judiciário de Bagre, conforme ATA DA REUNIÃO em anexo (ANEXO VI)

17. ANEXOS:

ANEXO I - Plano de ação.

ANEXO II – Lista de Bens Apreendidos na Delegacia de Bagre

ANEXO III – Relação de Mandados com prazo de cumprimento extrapolado

ANEXO IV - Pauta de audiências de janeiro a maio de 2024.

ANEXO V - Lista de réus presos provisórios

ANEXO VI – Ata da Reunião realizada com rede de apoio

ANEXO VII – Formulário de inspeção Delegacia de Polícia.

ANEXO VII – Situação do acervo em 11.4.2024 (DPGE).

ANEXO VIII - Demonstrativo de Fiscalização Judicial e Pós-Fiscalização.

Data da assinatura eletrônica.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2024.05.25 17:09:42 -03'00'

ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Assinado de forma digital por SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA:4596
Dados: 2024.05.27 12:43:30 -03'00'

SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA
Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça

PAULO SERGIO OLIVEIRA:30015340287
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO OLIVEIRA:30015340287
Dados: 2024.05.24 16:10:02 -03'00'

Paulo Oliveira
Analista Judiciário CGJ

gov.br
Documento assinado digitalmente
TIARA GUEDES AIRES
Data: 27/05/2024 10:01:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Tiara Guedes Aires
Analista Judiciário CGJ

Leituras obrigatórias:

- **Termo de Cooperação Jurisdicional nº 001/2023**, de 30.10.2023 (TJPA e TRT 8ª Região, solicitação de lista de processos trabalhistas quando do deferimento de recuperação judicial ou decretação de falência;
- **COMUNICADO Nº 1/2023-CIJEPA, de 01.06.2023** (sugestões aos magistrados do TJPA sobre como proceder acerca das ações ajuizadas contra instituições bancárias reivindicando a revisão de contratos ou a declaração de inexistência de relação jurídica com características de possíveis demandas predatórias);